



N.º 9

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA  
REALIZADA NO DIA TRINTA DE  
SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS  
/ DO MANDATO 2021/2025.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

1 Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e sete minutos,  
2 no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Évora com a seguinte  
3 **Ordem do Dia:**

4  
5 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

6  
7 **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

8  
9 **A) Proposta de aprovação das atas nº 4 de 25-02-2022 e nº 5 de 22-04-2022.**

10  
11 **III – Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os seguintes**  
12 **pontos:**

- 13 1. **Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a situação**  
14 **financeira do mesmo - Tomada de conhecimento;**
- 15 2. **5ª Modificação objetiva ao Contrato de Concessão e Gestão do Serviço Público de transporte**  
16 **de Passageiros no Município de Évora;**
- 17 3. **12º Relatório semestral do Plano de Saneamento Financeiro | junho de 2022;**
- 18 4. **Adesão do Município à Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo – Turismo do**  
19 **Alentejo;**
- 20 5. **Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigentes de Cargo de Direção Intermédia de**  
21 **3º Grau / Unidade de Higiene e Limpeza Pública;**
- 22 6. **Em Defesa da Paz, Pela solidariedade com o Povo Ucraniano e os Povos Envolvidos na**  
23 **Guerra;**
- 24 7. **Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Évora do 1º Semestre**  
25 **de 2022 - Tomada de conhecimento.**

26  
27 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.**

28  
29 Aberta a sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou o senhor Presidente da  
30 Câmara, os Senhores Vereadores, os deputados Municipais, o público presente e todos os  
31 funcionários que acompanham a Sessão. No mesmo contexto, apresentou a D. Célia Champlon que,  
32 a partir de agora, é a funcionária da Assembleia, ou seja, a Assembleia já dispõe de uma funcionária  
33 que será acompanhada pela Dra. Elisabete Neves, que superintende o serviço, a quem, naturalmente,  
34 deixou o seu agradecimento pela colaboração que tem dado.

35  
36 Estiveram presentes os membros da Mesa:

37 **Presidente - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

38 **1º Secretário – Luís Carlos Fialho Pardal (em substituição de Ananias Delfim Courelas Quintano)**

39 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**

1 Procedeu à chamada dos deputados municipais eleitos, verificando-se as seguintes presenças e  
2 ausências:  
3

4 **Presentes:**

- 5 - Maria Clara Canotilho Grácio
- 6 - José Manuel Martins dos Santos
- 7 - João Manuel Rodrigues Pereira (em substituição de Paula Cristina Nobre de Deus)
- 8 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)
- 9 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
- 10 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos
- 11 - Natanael José Carvalho da Vinha
- 12 - José Maria Rodrigues Figueira
- 13 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- 14 - Maria Cristina Correia Santos Mata
- 15 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
- 16 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo
- 17 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- 18 - Luís Filipe Madeira Toledo (em substituição de Gertrudes da Conceição Gomes Pastor)
- 19 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- 20 - Bruno Manuel dos Santos Martins
- 21 - Joaquim José Pombinho Faria
- 22 - António João Tonaco Gavela
- 23 - Mário Augusto Bragado Monginho (em substituição de Ananias Delfim Courelas Quintano)
- 24 - Francisco Manuel Branco de Brito
- 25 - Nelson Fernando Nunes Galvão (em substituição de Bernarda Julieta da Noite Cota)
- 26 - David Miguel Mirrado Lopes
- 27 - Redolfo Constantino Pereira
- 28 - José Vitorino Piteira
- 29 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
- 30 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
- 31 - Isidro José de Oliveira Lobo

32  
33 **Ausentes:**

- 34 - Luís Filipe Braguez Caldeirinha Roma
- 35 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
- 36 - Joaquim António Filipe Pimpão

37  
38 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 39 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
- 40 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão Calixto)
- 41 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
- 42 - Alexandre Manuel Rosa Varela
- 43 - Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico
- 44 - João António Velhinho Simões (em substituição de Florbela da Luz Descalço Fernandes)
- 45 - Patrícia José Correia Raposinho

46  
47 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

48  
49 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público e  
50 questionou se havia algum pedido de uso da palavra, tendo-se registado quatro pedidos.

51

1 A Muniçipe **Senhora Carla Mendes** informou estar em representação do STAL, da Direção  
2 Regional e a Comissão Sindical de Évora, para apresentar à Assembleia a Carta Aberta, aprovada  
3 em Plenário Nacional, onde expressam as reivindicações de todos os trabalhadores da  
4 Administração Local, a qual se transcreve na íntegra:

5 **"CARTA ABERTA AO GOVERNO E ÀS AUTARQUIAS, CONTRA O EMPOBRECIMENTO**

6 *Aumentar salários, valorizar as carreiras, revogar o Siadap, reforçar o Poder Local e os*  
7 *serviços públicos*

8 *O Orçamento do Estado para 2022, aprovado em maio último, pouco se distingue da proposta*  
9 *chumbada em outubro de 2021, o que significa que os graves problemas que há muito afetam os*  
10 *trabalhadores continuarão a arrastar-se e a aprofundar-se.*

11 *Desde logo, a perda acentuada e generalizada do poder de compra dos trabalhadores, incluindo*  
12 *os que tiveram a mísera atualização de 0,9 % como é o caso da Administração Pública, perante*  
13 *uma taxa de inflação que em agosto era de 9% .*

14 *Lembramos que o Governo PS, desrespeitou a promessa de aumento de 1% em 2021, impôs a*  
15 *continuação da perda de poder de compra pelo 13º ano consecutivo aos trabalhadores da*  
16 *Administração Pública que perderam em média 15,4% do seu poder de compra desde 2009,*  
17 *enquanto o subsídio de refeição subiu 50 cêntimos. e que 0,9% significou na base das carreiras,*  
18 *para os assistentes operacionais, €5,98/mês; para os assistentes técnicos, €6,33/mês e para os*  
19 *técnicos superiores. €10,85/mês, havendo trabalhadores com trinta e mais anos de serviço que*  
20 *continuam na base da carreira. Neste contexto, os anunciados aumentos nas carreiras técnicas não*  
21 *só não resolvem as injustiças como confirmam a justeza da necessidade de revisão da tabela*  
22 *remuneratória única.*

23 *Para quem vive do seu trabalho, ou da sua reforma, cuja vida é sempre difícil, o apoio de 125€ a*  
24 *todos os que tenham remunerações até 2.700€ e 50€ para os filhos, não passam de um paliativo,*  
25 *manifestamente insuficiente para fazer face a este brutal aumento dos preços de primeira*  
26 *necessidade. A realidade é que os últimos meses se tornaram um autêntico pesadelo, com o*  
27 *deflagrar da guerra na Ucrânia, a imposição de sanções e o aproveitamento da situação por parte*  
28 *dos grandes grupos económicos que continuam a acumular lucros fabulosos*

29 *E, pois. inaceitável que o Governo PS, ao mesmo tempo que apregoa a sua preocupação com a vida*  
30 *dos trabalhadores e das suas famílias, dos reformados e pensionistas, instigue o sector privado a*  
31 *aumentar 20% o salário médio como fator indispensável ao desenvolvimento do País, continue a*  
32 *recusar uma atualização dos salários na Administração Pública, invocando que a mesma irá*  
33 *provocar uma "espiral inflacionista" com consequências nefastas para a economia, e mantenha a*  
34 *obsessão pela redução do défice, da dívida, obediência às imposições da União Europeia, mesmo*  
35 *quando a regra que determina essa obrigação está congelada, com as consequências cada vez mais*  
36 *visíveis no funcionamento dos serviços públicos.*

37 *E inadmissível que o Governo PS continue a negar o direito a carreiras profissionais dignas, sem*  
38 *o que não é possível motivar e atrair trabalhadores.*

39 *E intolerável que o Governo PS mantenha o SLADAP, cuja promessa de revisão não chegou a ver*  
40 *a luz do dia, um instrumento penalizador que não visa avaliar, mas criar desigualdades, impedir a*  
41 *progressão e conter os salários.*

42 *E injustificável o que se verifica com a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade,*  
43 *uma conquista dos trabalhadores, havendo autarquias que continuam sem o aplicar, apesar de*  
44 *terem trabalhadores que reúnem as condições para o seu recebimento, e outras que o fazem da*  
45 *forma mais negativa possível, restringindo ainda mais um suplemento que não contempla o risco*  
46 *laboral, que exclui muitas profissões, assim como as compensações pela prestação de trabalho*  
47 *prestado nestas condições, designadamente. a atribuição de mais dias de férias, a redução do*  
48 *horário de trabalho e da idade legal da reforma.*

49 *Tal como é injustificável a não regulamentação de outros suplementos, como o de isenção de*  
50 *horário e piquete.*

1 *E inaceitável o esbulho que permanece com a proibição da acumulação dos salários com as*  
2 *indemnizações devidas aos trabalhadores sinistrados com capacidade geral de ganho inferior a*  
3 *30%, situação que abrange a esmagadora maioria dos trabalhadores nesta situação.*  
4 *E a ausência condenável de medidas de combate ao flagelo da precariedade, cuja dimensão, após*  
5 *o PREVPAP, continua a aumentar, alimentada pelas mais diversas e perversas formas de*  
6 *aprofundar a exploração e trabalho sem direitos.*  
7 *E a insistência num gravoso processo de transferência de competências para os municípios de*  
8 *funções sociais do Estado, sem estarem assegurados os meios humanos e financeiros*  
9 *indispensáveis, como o próprio governo foi forçado a admitir após a denúncia pelos municípios*  
10 *que continuam em grande número a recusar este caminho, e com os riscos que a municipalização*  
11 *de áreas estruturantes como a saúde, a educação, a segurança social comportam na garantia de*  
12 *acesso igualitário das populações.*  
13 *E o desrespeito e o bloqueio à contratação coletiva tanto no sector público como no privado,*  
14 *enquanto se mantêm as normas gravosas da legislação laboral que agridem os trabalhadores e*  
15 *permitem acentuar a exploração laboral.*  
16 *Tendo em conta os graves problemas elencados, e num momento de extraordinária dificuldade*  
17 *como aquele que atravessamos, é urgente alterar o rumo que tem vindo a ser seguido, mobilizar*  
18 *todos os meios e tomar as medidas que permitam a melhoria das condições de vida e de trabalho*  
19 *dos trabalhadores da Ad. Pública, de que se destacam:*  
20 *- Aumento imediato de 90 euros para todos os trabalhadores;*  
21 *- Aumento real dos salários- com um Salário Mínimo Nacional de 850 euros;*  
22 *- Atualização do subsídio de refeição para 7,50 euros;*  
23 *- Descongelamento efetivo das promoções e das progressões nas posições remuneratórias.*  
24 *abrangendo todas as carreiras e todas as categorias;*  
25 *- Reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos tal como existiam antes da*  
26 *revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008;*  
27 *- Revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas que valorize*  
28 *os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e a progressão profissionais;*  
29 *- Correção da Tabela Remuneratória Única (TRU);*  
30 *- Reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias com acréscimo de 50% na primeira*  
31 *hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis, e de 100% nos dias de descanso e reposição do*  
32 *descanso compensatório suplementar;*  
33 *- Pagamento das indemnizações por reparação dos acidentes em serviço e doenças profissionais;*  
34 *- Reposição dos 25 dias de férias e respetivas majorações. para todos os trabalhadores.*  
35 *independentemente do vínculo;*  
36 *- Extensão do suplemento de insalubridade, penosidade e risco a todas as atividades em que as*  
37 *funções desempenhadas comportem uma sobrecarga funcional que potencie a probabilidade de*  
38 *lesão ou o risco agravado de lesão física ou degradação do estado de saúde;*  
39 *- Regulamentação do suplemento de disponibilidade e isenção de horário:*  
40 *- 35 horas, para todos, independentemente do vínculo;*  
41 *- Reposição dos escalões de IRS existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da*  
42 *troika em Portugal, recuperando maior justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho;*  
43 *- Pelo direito à Contratação Coletiva nas empresas municipais e concessionárias de serviços*  
44 *públicos;*  
45 *- Erradicação de todas as formas de precariedade;*  
46 *- Reposição da forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos*  
47 *de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes especiais consagrados com*  
48 *condições de acesso mais favoráveis;*  
49 *- Preservação da ADSE como sistema público e a redução das contribuições para 1,5 por cento*  
50 *sobre 12 meses;*  
51 *- Reversão do processo de descentralização em curso para as autarquias.*

PA  
ne

1 *Estas são reivindicações justas e a sua concretização é essencial para responder aos problemas,*  
2 *para valorizar e dignificar os trabalhadores que todos os dias garantem a prestação de serviços*  
3 *públicos e querem servir cada vez melhor as populações.*  
4 *Com confiança e determinação, prosseguimos a luta pelo Poder Local Democrático e por serviços*  
5 *públicos de qualidade, por mais e melhores condições de trabalho, pelo aumento geral de salários,*  
6 *contra o empobrecimento."*

7  
8 O Município **Senhor Domingos Lopes** começou por informar que é coproprietário de um imóvel na  
9 Rua de Portel, nº 10, e expôs os seguintes problemas: nos últimos 5 anos o beiral do prédio já foi  
10 derrubado por 6 vezes, há pessoas responsáveis e há pessoas irresponsáveis, 3 identificaram-se e 3  
11 não se identificaram, aquela Rua tem muito trânsito e não tem qualquer passeio do nº 6 ao nº 16, e  
12 as carrinhas de caixa aberta, de caixa isotérmica, quando chegam àquele espaço batem na parede.  
13 Relembrou que naquela rua já houve vários acidentes, já houve uma morte há alguns anos, e há 2  
14 anos houve um acidente que envolveu 3 carros estacionados mais o carro que ia em movimento e  
15 partiram o muro.

16 Fazem o apelo à Câmara para que tome uma medida urgente naquela rua e sugere, se for possível,  
17 que crie um passeio de pilaretes do nº 6 ao nº 16, para segurança dos peões e salvaguarda dos  
18 edifícios, porque o beiral está caído há 2 meses e ainda não o mandaram arranjar porque mandam  
19 arranjar hoje e amanhã está novamente no chão.

20 Pensam que se fosse construído o passeio, com pilaretes do nº 6 ao nº 16, os carros que ficam  
21 estacionados à direita não podem estacionar, os carros já passam com alguma segurança e os peões  
22 também e os edifícios ficam salvaguardados. Informou que enviaram uma exposição à Junta, há 2  
23 meses, a Junta, enviou para a Câmara, até ao momento não tiveram qualquer resposta e eles têm de  
24 avançar com a obra.

25  
26 O Município **Senhor Sérgio Calhau** informou que está em representação de um grupo de moradores  
27 da Freguesia de S. Bento do Mato, Azaruja, porque, na semana passada, foram surpreendidos com  
28 uma carta da empresa que lhes fornece o gás canalizado, a informar que até ao próximo dia 15 de  
29 novembro ia proceder ao corte do mesmo, porque as taxas de ocupação de subsolo praticadas pelo  
30 Município são de tal forma elevadas que deixou de ser rentável fornecer-lhes a energia.  
31 Apresentaram-lhes 3 alternativas, 1ª alternativa: mudar para a eletricidade, mas isso implicaria que  
32 tivessem de substituir todos os seus equipamentos de queima por elétricos, o que é um elevado  
33 investimento que não têm disponibilidade para o fazer, 2ª alternativa: gás engarrafado, para tal  
34 teriam de esventrar as casas todas para permitir a instalação das condutas, mais uma vez são obras  
35 de vulto, bastante dispendiosas, e não têm capacidade para isso, 3ª alternativa: gás natural, que não  
36 existe. A Gascan alega que, por várias vezes, tem alertado a Câmara Municipal nesse sentido e até  
37 ao momento não tiveram qualquer resposta.

38 Também informou que, em representação dos moradores, deu conhecimento à Câmara Municipal  
39 de Évora, através de email, e também aos deputados na Assembleia da República. Enviou, também,  
40 uma carta para a Gascan a pedir encarecidamente para não procederem ao corte, porque têm pessoas  
41 idosas, crianças em idade escolar, está a aproximar-se o inverno, e em um mês e meio não vão  
42 conseguir resolver o problema, quase de certeza, até porque a data limite é 15 de novembro, não é  
43 esse dia, é até lá, pode ser para a semana que vem, podem lá chegar e cortar o gás.

44 Referiu que já contactou diversos fornecedores de energia, até ao momento 14, e a resposta de todos  
45 até agora foi igual, Évora com as taxas que estão a ser praticadas não estão interessados, se a Câmara  
46 Municipal suavizar taxas ou eliminar alguma taxa, que voltem a contactá-los, mas com as taxas que  
47 se praticam atualmente, não têm hipótese. Salientou que é por aquela situação que ali está, porque  
48 estão numa situação bastante desesperante, porque as alternativas que existem são bastante  
49 dispendiosas, e eles não têm capacidade financeira, continuam a aguardar respostas, mas começa a  
50 ser muito complicado.

51

1 O Município **Senhor Hugo Santos** referiu que se dirige, em particular, ao senhor Presidente da  
2 Autarquia, porque são 2 temas muito objetivos que quer focar, não sabe se já terão conhecimento  
3 ou não, mas que considera que têm alguma relevância.

4 O primeiro, trata-se de lojas de produtos alimentares junto a Escolas, no caso a Escola Conde  
5 Vilalva, que são muito frequentadas pelos alunos, porque, tendo em conta as regras adotadas nas  
6 Escolas de uma alimentação saudável, não são vendidos bolos nem gomas nem rebuçados, e essas  
7 lojas são abertas junto de Escolas. solicitou a fiscalização junto desses estabelecimentos, pelo menos  
8 que se cumpra a Legislação, porque na hora da refeição os alunos saem da Escola para ir comer  
9 aquilo que não é consumido dentro das Escolas, e é, ao fim ao cabo, um trabalho árduo que se está  
10 a ter dentro das Escolas a tentar potenciar uma educação alimentar mais saudável aos alunos, mas  
11 que acaba por sair infrutífero.

12 O segundo tema é a sinalética deficitária na Estrada Nacional 18 e na Estrada Nacional 254, junto à  
13 linha que em condições meteorológicas adversas, mesmo sem estar a chover, as marcas no  
14 pavimento são deficitárias, coloca em causa a segurança dos utentes da via, e, depois de ter  
15 contactado algumas instituições nesse sentido, foram melhoradas, mas no local existem marcas que  
16 confundem os utentes, marcas rodoviárias que indicam a permissão de ultrapassagem com sinais de  
17 redução de velocidade e proibição de ultrapassagem, para além dos fatores da natureza, criam mais  
18 confusão.

19  
20 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

21  
22 **O Presidente da Câmara** começou por saudar todos os presentes, bem como os que os  
23 acompanham por via digital.

24 Em relação ao documento do STAL, disse que tomou a devida nota e naturalmente vão analisá-lo  
25 com toda a atenção.

26  
27 Relativamente ao exposto pelo Município Domingos Lopes e a Rua de Portel, considerou que é uma  
28 questão muito complicada, no entendimento da Câmara o problema da Rua de Portel só se resolve  
29 com a interdição do trânsito naquela Rua. A Rua é muito estreita e quaisquer soluções que sejam  
30 tomadas apenas minimizam o problema, mas não o resolvem. O encerramento daquela Rua levaria  
31 o trânsito para outras vias, e esse é o problema fundamental que tem estado a ser analisado. Ainda  
32 assim, vão avaliar a proposta e a possibilidade de colocação dos pilaretes entre o nº 6 ao nº 16.

33  
34 Quanto ao exposto pelo Município Sérgio Calhau, esclareceu que a questão com a Empresa Gascan  
35 tem vindo a ser tratada ao longo de vários anos. A Empresa Gascan, como outros operadores que  
36 têm fornecimento de gás no Concelho, têm sido contactados relativamente aquelas matérias, uma  
37 vez que Câmara também considera que a taxa que está a ser aplicada, desde o início, é elevada,  
38 relativamente àquilo que deveria ser, e é verdade que aquela taxa deve ser assumida pelas empresas.  
39 À data, a Câmara informou que, até à altura em que o PAEL fosse liquidado, não era possível baixar  
40 as taxas por imposição legal, no entanto logo que isso fosse possível estavam disponíveis para o  
41 fazer. Sobre a carta da a Gascan, julga ser sobretudo para funcionar como pressão sobre a Câmara,  
42 mas estão a trabalhar nesse sentido e espera que encontrem uma solução.

43  
44 Sobre o exposto pelo Município Hugo Santos, referiu que há uma legislação sobre aquelas lojas que,  
45 obviamente, tem de ser aplicada, pelo que vai solicitar à fiscalização para verificar o que é que se  
46 passa relativamente às situações relatadas. Relativamente à sinalética, informou que vão contactar  
47 as Infraestruturas de Portugal no sentido de encontrar uma solução para o problema.

48  
49 **O Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que no final da sessão o público terá ainda meia  
50 hora para poder intervir.

51

JA  
nr

1 **A deputada Elmina Lopes** saudou todos os presentes e disse que, em nome da bancada da CDU, e  
2 do PCP, se solidarizam com os trabalhadores autárquicos, com os trabalhadores portugueses em  
3 geral, e cumprimentam o STAL pela sua intervenção. Referiu que é uma das preocupações do seu  
4 Partido o aumento do custo de vida e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, agora  
5 falam que não se pode aumentar salários porque a inflação disparou, e antes, não se podiam  
6 aumentar salários porque não havia inflação, neste momento está-se perante uma situação, em que  
7 as pessoas já devem ter percebido, que o que se trata é que ninguém quer aumentar salários. O  
8 empobrecimento das pessoas é assumido e que o combatem veementemente.  
9 Disse, também, que o que os preocupa particularmente é que o Governo nada faça relativamente aos  
10 aumentos exagerados de bens essenciais, a reboque de pretextos falsos, ou seja, eles acreditam que  
11 há aumentos excessivos de bens essenciais e que não têm justificação atualmente, que são  
12 aproveitamentos especulativos da situação conjuntural e, portanto, consideram que devem ser  
13 tomadas medidas e os rendimentos do trabalho devem ser reforçados no quadro global da economia  
14 e por isso se baterão, e cumprimentam o STAL por trazer aquela preocupação.  
15 Relativamente aos restantes municípios registaram as suas preocupações, realmente há muito ainda  
16 a fazer e certamente que a intervenção do senhor Presidente da Câmara parece indiciar que será tida  
17 em boa nota esses assuntos.

18  
19 **O deputado José Santos** começou por saudar todos os presentes e disse que, sem menosprezar a  
20 relevância daquilo que o STAL disse, não está a ver ali presente nenhum membro do Governo. Ficou  
21 sem dúvida muito mais preocupado com a questão que foi trazida pelo concidadão da Azaruja, e  
22 perguntou ao senhor Presidente da Câmara se tem uma previsão de desenlace das negociações, que  
23 percebeu que decorrem com a Gascan, no sentido de perceber se, face à data que lhes foi ali relatada  
24 para o eventual corte de gás, é possível de alguma forma tranquilizar a população, porque não sabe  
25 se é em todo o Concelho ou apenas na Azaruja.

26  
27 **O Presidente da Câmara** esclareceu que a informação que tem é que a carta da Gascan foi para  
28 todos os clientes que têm no Concelho de Évora, e não apenas para a Azaruja. Esclareceu que já foi  
29 comunicado, em devido tempo, à Gascan que era intenção da Câmara, no âmbito da alteração da  
30 Tabela de Taxas e Tarifas para o ano de 2023m haver uma redução da taxa.  
31 Ainda assim, estão a analisar é se a redução que estão a estudar é ou não compatível com o que a  
32 Gascan pretende, portanto julga que será possível garantir essa compatibilização. Referiu ainda que  
33 há um outro operador de gás pode assumir a posição da Gascan, se houver necessidade,  
34 relativamente a esta matéria, porque as condutas não são da Gascan, são condutas públicas e,  
35 portanto, podem ser utilizadas, tanto quanto sabe, por um outro operador.

36  
37 **O deputado Luís Pardal** referiu que relativamente ao assunto da Rua de Portel, não é uma Rua  
38 qualquer, é uma Rua onde já morreu uma pessoa, que tem um fluxo de trânsito muito grande e é  
39 preocupante passarem-se anos e anos e não se atuar sobre aquela Rua. De facto, ela assume uma  
40 importância muito grande no Bairro da Senhora da Saúde, em termos do fluxo de trânsito, mas é  
41 preciso agir, e entrar nesta dicotomia entre vedar totalmente o trânsito e ter um impacto ou encontrar  
42 outra solução ou não se fazer nada, o não se decidir é que não pode continuar. Solicitou ao Senhor  
43 Presidente para que possa agir rapidamente e definir um prazo para se encerrar aquele assunto.

44  
45 **O deputado Bruno Martins** manifestou toda a solidariedade ao STAL, a posição do Bloco de  
46 Esquerda é conhecida, não vai expor ali qual é a sua posição sobre aquilo que é a necessidade de  
47 uma resposta rápida ao aumento brutal do custo de vida que todos estamos a sofrer, e, portanto,  
48 dispensa apresentar todas as propostas do Bloco de Esquerda sobre aquela temática.  
49 Em relação à Gascan, ele próprio é cliente, ainda não recebeu a carta mas deve estar a receber, e  
50 acha inadmissível a posição da empresa, acha inadmissível a chantagem que estão a fazer em  
51 vésperas de inverno, acha inadmissível que não queiram pagar a taxa de ocupação de subsolo como

1 é seu dever, e acha ainda mais inadmissível quando a Gascan foi comprada por um fundo do Banco  
2 UBS, que teve um lucro no 1º semestre de 2022 de 4.262 milhões de dólares, e não quererem  
3 suportar a taxa de ocupação de subsolo em Évora, querem lucro e mais lucro e o pior é que estão a  
4 fazer chantagem com os mais fracos. Julga que a Câmara, obviamente, deve negociar com a  
5 empresa, mas espera que seja uma negociação forte e não ceder aquilo que são as expectativas da  
6 empresa, até porque existem outras empresas a operar no mercado e facilmente podem trocar de  
7 empresa, e aquelas 3 soluções que eles apresentaram não apresentam a 4ª que é ir para uma empresa  
8 concorrente e isso facilmente se faz.

9 Em relação à Rua de Portel, é mais uma demonstração de como o trânsito automóvel prevalece  
10 sempre em Évora, nesta Rua e em tantas outras artérias da Cidade e do Concelho.

11  
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que, não havendo mais pedidos de intervenção,  
13 deu por encerrado este Ponto e passou ao Ponto II, começando pela aprovação da Ata nº 4 de 25/02  
14 e da Ata nº 5 de 22/04 de 2022.

15  
16 **Deliberação da Ata nº 4 de 25 de fevereiro de 2022:**

17 **Aprovada por unanimidade.** Os deputados municipais João Pereira (PS), Maria Paula Pita (MCE),  
18 Luís Toledo (CDU), Nelson Galvão (PS), Mário Monginho (PS) e José Piteira (MMPI) não votaram  
19 por não terem estado presentes na sessão a que Ata diz respeito.

20  
21 **Deliberação da Ata nº 5 de 22 de abril de 2022:**

22 **Aprovada por unanimidade.** Os deputados municipais João Pereira (PS), Diogo Vasconcelos  
23 (MCC), Luís Toledo (CDU), Mário Monginho (PS), Nelson Galvão (PS), Maria Paula Pita (MCE)  
24 e Lúcio Guerreiro (PS) não votaram por não terem estado presentes na sessão a que Ata diz respeito.

25  
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que o ponto B), do Período de Antes da Ordem  
27 do Dia, se refere a 7 documentos que deram entrada, 3 Moções, 2 Recomendações, 1 Voto de Pesar  
28 e 1 Proposta de Criação.

29  
30 Seguindo a ordem que lhe foi presente, solicitou à bancada do PS que procedesse à apresentação da  
31 **Moção de Congratulação a todos os profissionais do Hospital do Espírito Santos, EPE.**

32  
33 **O deputado Gonçalo Costa** procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve na  
34 íntegra:

35 *“A bancada municipal do Partido Socialista de Évora vem, por este meio, congratular-se pelo*  
36 *aumento da atividade assistencial do Hospital do Espírito Santo, EPE, em todas as linhas de*  
37 *atividade clínica, com maior incidência na área da urgência, a qual alcançou um crescimento de*  
38 *42%, relativamente ao período homólogo anterior.*

39 *Este crescimento coloca o serviço assistencial do Hospital em linha com a capacidade de resposta*  
40 *pré pandemia, mas continuando a fazer face aos desafios e pressão que a doença COVID-19 coloca*  
41 *diariamente aos serviços.*

42 *Estes resultados só são possíveis graças ao empenho, dedicação e esforço de todos aqueles que*  
43 *exercem funções nesta Unidade (e que todos os dias fazem o possível para prestar os melhores*  
44 *cuidados possíveis a quem necessita recorrer a estes serviços), assim como os utentes e respetivas*  
45 *famílias.*

46 *Deste modo, os deputados municipais do Partido Socialista de Évora propõem:*

- 47 1) *A atribuição de um voto de congratulação a todos os profissionais que exercem funções no*  
48 *Hospital do Hospital do Espírito Santo, EPE;*  
49 2) *Remeter o presente voto ao Conselho de Administração do HESE, EPE, para divulgação por*  
50 *todos os funcionários da Instituição.”*

51



1 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

2  
3 **A deputada Elmina Lopes** referiu que em relação à Congratulação têm muitas dúvidas sobre a  
4 formulação, obviamente, a sua bancada não tem dúvidas sobre os esforços que os profissionais de  
5 Saúde fazem diariamente e que são resultado da sua dedicação e empenho exemplares, no entanto,  
6 têm algumas dúvidas relativamente aos valores que aparecem, que não são públicos e que não são  
7 claros, ou seja, 42% de crescimento relativamente a quê e a quem em concreto. Vão acompanhar  
8 aquela Moção de Congratulação porque se refere às pessoas que têm dado todo o seu empenho nesta  
9 questão, mas não os faz esquecer que os profissionais de Saúde estão sob uma pressão enorme, não  
10 é reconhecido nem valorizado o seu trabalho, todas as propostas que foram feitas de valorização  
11 salarial, de valorização da dedicação exclusiva, de progressão nas carreiras, de reforço dos meios,  
12 foram propostas que o PCP apresentou na Assembleia da República e que foram liminarmente  
13 recusadas pelo Partido Socialista, e, portanto, parece-lhes bastante estranho que vão ali passar a mão  
14 pelo “pelo” dos profissionais de Saúde, mas, obviamente, estão muito contentes com os  
15 profissionais de Saúde que todos têm e, portanto, vão acompanhar a Moção com uma Declaração  
16 de Voto que será entregue, acerca dos assuntos que acabaram de falar.

17  
18 **O deputado José Santos** informou que acompanham a Moção na parte final, mas de facto no  
19 preâmbulo, no 1º paragrafo, têm algumas dúvidas, quer dizer, não duvida do número que lá está,  
20 mas pensa que para terem uma avaliação mais circunstanciada e mais abrangente daquilo que foi a  
21 recuperação dos indicadores do Hospital, precisariam de outras métricas e de outros dados que não  
22 estão ali, e que até podem existir, não está a dizer que não existem, mas não estão na Moção de  
23 Congratulação, e, obviamente, que acompanham a dimensão da Congratulação, mas como  
24 gostariam de ter mais informação sobre a parte inicial, irão abster-se na Moção.

25  
26 **A deputada Clara Grácio** começou por saudar todos os presentes e lembrou que tinham marcada  
27 uma Audição com a Sr.<sup>a</sup> Presidente da ARS que, por motivos tristes, bastante tristes, foi cancelada,  
28 mas provavelmente essa Audição dar-lhes-iam alguns valores, alguns dados que, esses sim,  
29 poderiam suportar uma avaliação e umas considerações, relativamente ao estado e ao que se passa  
30 nas Urgências, a melhoria ou não melhoria. Referiu que vão acompanhar aquela Moção porque o  
31 assunto em si não tem qualquer duvida relativamente aos profissionais, deveriam esperar pela  
32 Audição e depois fazer um balanço sobre o que iriam realmente, concretamente, credivelmente  
33 esperar dessa Audição, por isso é que ela se iria realizar, parece-lhes prematura, parece-lhes que  
34 aquela Moção seria melhor, seria mais oportuna, após a realização da Audição que deve ser realizada  
35 quando tal for possível.

36  
37 **O Presidente da Assembleia Municipal** em complemento do que disse a deputada Clara Grácio,  
38 referiu que, de facto, ainda não contactou de novo com a Senhora Presidente da ARS, tem deixado  
39 passar o tempo normal, mas não deixará de haver essa Audição.

40  
41 **O deputado Bruno Martins** lembrou que, de facto, aquela Moção omite a 2ª parte do comunicado  
42 da Administração do Hospital, que refere que nas consultas só houve um aumento de 6% em relação  
43 ao período homólogo, que foi um período muito dominado pela Covid, e mesmo assim só  
44 aumentaram 6% nas consultas porque não há profissionais de Saúde, porque eles não são  
45 valorizados, e é isso que falta ali naquela Moção, é a defesa da Lei de Bases da Saúde, aquela que  
46 Arnaut construiu, Arnaut, alguém do Partido Socialista, que devia ser honrado, e é isso que falta  
47 naquela Moção. Obviamente acompanhará aquela Moção de Congratulação, especialmente porque  
48 vai chegar aos profissionais de Saúde e eles quando virem quem a apresentou, irão todos ver a cara  
49 e a reação dos profissionais de Saúde do Hospital quando virem que o Partido Socialista se  
50 congratulou com as condições em que eles trabalham e as condições que têm para o seu futuro.

51

1 **A deputada Elmina Lopes** informou que a CDU decidiu mudar o seu sentido de voto para a  
2 abstenção.

3  
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais  
5 pedidos, submeteu a presente Moção de Congratulação a votação.

6  
7 **Deliberação da Moção de Congratulação:**

8 **Aprovada por maioria**, com 15 votos a favor (12 do PS, 1 do BE ,1 do MICAZA e 1 do MMPI),  
9 15 abstenções (7 da CDU, 3 do Movimento Cuidar de Évora, e 5 da Coligação “Mudar Com  
10 Confiança”), com 30 presenças verificadas

11  
12 **A deputada Elmina Lopes** apresentou a seguinte Declaração de Voto, em nome da CDU:

13 *“Os membros da bancada da CDU questionam a oportunidade da moção apresentada.*

14 *Não temos dúvida sobre os esforços que os profissionais de saúde fazem diariamente, que são o*  
15 *resultado da sua dedicação e empenho exemplares.*

16 *Mas a demonstração da competência e o reconhecimento devem ser garantia do respeito pelos*  
17 *profissionais do SNS, traduzido na valorização de salários e carreiras, na aplicação de dedicação*  
18 *exclusiva majorada, na consideração do Internato Médico como o primeiro nível da carreira, nos*  
19 *incentivos à fixação nas zonas rurais, entre outros. Mas também, na melhoria das condições de*  
20 *trabalho com a aquisição de equipamentos, em particular de meios auxiliares de diagnóstico e*  
21 *terapêutica, diminuindo a dependência e aumentando a capacidade de resposta.*

22 *Estas e outras propostas, constavam da recomendação em defesa do Serviço Nacional de Saúde —*  
23 *Reforçar o SNS, apresentada pelos deputados da CDU em dezembro de 2021 e chumbada pelos*  
24 *deputados do PS.*

25 *Tendo em conta que foi convocada uma audição à Sra. Presidente da ARS (adiada por um infeliz*  
26 *motivo), que visa debater a saúde no concelho, afigura-se conveniente esperar os resultados dessa*  
27 *audição para fazer qualquer balanço sobre a capacidade de resposta do SNS em Évora e sobre as*  
28 *carências com que o mesmo se debate.*

29 *A moção proposta remete para um indicador de crescimento que não explicita de que crescimento*  
30 *se trata nem a respetiva fonte dos dados, informação que seria esclarecida, juntamente com outras*  
31 *questões, na referida audição.”*

32  
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao 2º documento, que é uma **Recomendação por**  
34 **um Concelho mais limpo e mais amigo do ambiente**, do Partido Socialista e solicita que apresente  
35 a sua Recomendação.

36  
37 **O deputado Gonçalo Costa** procedeu à leitura da Recomendação à Assembleia, a qual se  
38 transcreve na íntegra:

39 *“Évora tem assistido, de uma forma geral, a uma degradação acentuada e preocupante do estado*  
40 *da limpeza e condições de higiene do concelho, com o acumular de queixas e reclamações, por*  
41 *parte dos municípios, sem a devida atenção e resposta por parte dos serviços camarários.*

42 *Esta situação assume particular relevância e gravidade nas freguesias urbanas, onde a*  
43 *responsabilidade por assegurar a provisão dos serviços de gestão de resíduos urbanos e limpeza*  
44 *pública são da competência da autarquia. Desde o acumular do lixo nas ruas e junto a contentores,*  
45 *à falta de preservação e manutenção dos poucos espaços verdes da cidade (onde em algumas*  
46 *situações a relva deu lugar a pasto e ervas com cerca de meio metro de altura), à falta de*  
47 *manutenção e substituição dos equipamentos urbanos danificados, à proliferação generalizada de*  
48 *pragas como baratas, ratazanas e pombos, como inclusive foi noticiado em alguns órgãos de*  
49 *comunicação nacionais, transmitem a ideia que a cidade está largada ao abandono e deixada à sua*  
50 *sorte.*

1 *Os habitantes do concelho de Évora merecem viver num território limpo, onde a higiene e a*  
2 *salubridade são uma garantia diária e não um acontecimento extraordinário.*

3 *Deste modo, os deputados municipais do Partido Socialista de Évora propõem:*

- 4 1) *O reforço imediato das ações de limpeza e higiene por todo o concelho;*
- 5 2) *A elaboração, até final do mês de outubro, de um plano de intervenção ambicioso que*  
6 *resolva os principais problemas supra mencionados;*
- 7 3) *A elaboração de um relatório relativo às queixas apresentadas, durante os últimos três*  
8 *meses, e o respetivo tratamento dado às situações;*
- 9 4) *Adoção de boas práticas ambientais, como a redução do plástico utilizado na recolha do*  
10 *lixo urbano, entre outras."*

11  
12 **O Presidente da Câmara** mencionou que, uma vez que a Recomendação era dirigida à Câmara,  
13 gostaria de fazer alguns comentários, para, naturalmente, reconhecer as dificuldades e as falhas na  
14 limpeza urbana, em particular nos últimos meses, incluindo o corte de ervas, que é uma coisa  
15 diferente, e que tiveram um agravamento de facto. É um facto que houve, no final de 2021 e início  
16 de 2022, uma melhoria em termos gerais, mas registou-se um retrocesso inesperado, em particular  
17 após a Feira, cujas principais causas puderam identificar, porque já vêm detrás, a não utilização de  
18 herbicidas que tem determinado tipos de produtos, que deixaram de utilizar de forma voluntária, e  
19 a questão, e aqui sim um dos principais problemas, de não terem conseguido assegurar as  
20 contratações de serviços externos que estavam previstos, para suprir os problemas e as falhas que  
21 estavam identificadas, sobretudo após a Feira de S. João, e o não conseguir fazer essas contratações  
22 decorreu exatamente da impossibilidade de encontrar empresas, que alegando a falta de mão de  
23 obra, pudessem contratar com o Município estes trabalhos, contrataram algumas que entraram já  
24 tardiamente, mas tiveram de facto aquele problema, e, também, as questões da compensação de  
25 trabalho durante o período da Feira e um anormal número de baixas e de faltas ao serviço.

26  
27 Ainda, em relação à Recomendação que o PS apresentou, esclareceu que, em 1º lugar, não houve  
28 nenhuma proliferação generalizada de pragas, apenas o que é normal da época e deste tipo de clima,  
29 de tempo, que tem sido, aliás, comprovado por profissionais do setor, e, em 2º lugar, face ao período  
30 de seca, assumidamente não se procedeu a regas normais, com origem no sistema de abastecimento  
31 público, mas apenas regas com outras origens, o que levou, assumidamente, a zonas de prado seco,  
32 que têm de assumir daquela maneira, e que, provavelmente, terão mais no futuro, as zonas de prado  
33 seco vão ter que ser espalhadas pela Cidade, não vão continuar a poder sustentar os relvados que  
34 têm com os problemas da falta de água, têm de encontrar alternativas, e que recuperarão quando  
35 voltar, esperam, a chuva.

36  
37 Salientou que, felizmente, dada a conduta da maioria da população, não é generalizado o acumular  
38 de lixo, como é dito, ainda que verificando, de facto, um conjunto de situações que estão  
39 identificadas e que são significativas em alguns locais e que decorrem em geral da falta de civismo  
40 de quem não deposita o lixo nos contentores que estão vazios ou meio cheios na altura. Informou  
41 que já foram reforçadas as ações de limpeza e higiene por todo o Concelho, julga que elas já são  
42 bem visíveis naquele momento, ainda estão numa fase de recuperação mas já são visíveis nalgumas  
43 zonas, está de facto em marcha um plano de intervenção até ao final do ano e a elaboração do plano  
44 para 2023, de forma a poder colmatar as falhas que tiveram este ano e, portanto, procurar que elas  
45 não se repitam para o próximo ano.

46  
47 Em relação às boas praticas ambientais, elas já se verificam, têm uma significativa recolha de  
48 plástico, por exemplo, mas também de outros recicláveis, que é entregue e tratado na GESAMB, e  
49 estão em marcha um conjunto de projetos piloto, com novas formas de recolha de lixo.

50

1 **O deputado Francisco Brito** realçou que aquela Recomendação vem no seguimento das  
2 preocupações que têm manifestado nos órgãos em que estão representados e de que fazem parte.  
3 Lembrou que no dia 22 de abril apresentaram uma Recomendação à Assembleia, e que foi aprovada,  
4 que tratava precisamente da questão da limpeza, especificamente no Centro Histórico de Évora, e  
5 questionou o Senhor Presidente do Município sobre o que foi realmente feito, sendo que havia uma  
6 Recomendação clara também para um plano de sensibilização de alguns estabelecimentos.  
7 Em relação à questão das pragas, de facto as declarações do Senhor Presidente demonstram  
8 exatamente parte do problema, porque há uma normalização de uma coisa que é grave, que não  
9 acontece só por causa da questão da seca, acontece durante todo o ano, é isso que os moradores lhes  
10 fazem chegar e, como também foi dito pela própria Câmara Municipal, não é só um problema do  
11 Centro Histórico é um problema de toda a Cidade, o que ainda torna mais grave aquela situação.  
12 Referiu que que têm feito chegar ao Município muitas ocorrências naquele sentido, e, portanto, o  
13 problema existe, as pessoas sentem-no, as pessoas conhecem-no, e tem de ser resolvido, é isso que  
14 também têm solicitado ao Município e que também pedem essa sensibilidade e essa colaboração.  
15 Informou que, naturalmente, vão acompanhar aquela Recomendação.

16  
17 **A deputada Elmina Lopes** informou que a CDU vai, obviamente, votar contra aquela  
18 Recomendação porque ela contém afirmações gravíssimas e faltas à verdade, e perguntou ao Partido  
19 Socialista se é uma crítica às suas Juntas de Freguesia que não fazem a manutenção e a substituição  
20 de equipamentos urbanos danificados que estão nos seus Contratos Programa ou se é só a questão  
21 da Câmara.

22 Cumprimentou os funcionários da Higiene da Câmara Municipal de Évora pelo seu trabalho heroico,  
23 e referiu que, noutra dia, ficou parada à espera que o contentor do lixo fosse esvaziado 3 vezes,  
24 porque a quantidade de lixo que estava fora do contentor obrigou os funcionários a encher o  
25 contentor 3 vezes, portanto, a falta de civismo é um facto.

26 Quanto à afirmação de “generalização de pragas como baratas, ratazanas e pombos”, que não  
27 corresponde à realidade, e o facto de ter sido noticiado em alguns órgãos de comunicação nacionais  
28 não atesta a veracidade dos factos, apenas atesta que algum jornalista resolveu replicar algo que não  
29 está comprovado, e gostaria que houvesse alguma responsabilidade na emissão de opiniões, porque  
30 estão todos numa batalha para conquistar a Capital Europeia da Cultura, e que com aquele tipo de  
31 propagandismo negativo não darão a imagem correta da Cidade, denegrindo-a, de forma exagerada  
32 e falaciosa. Reafirmou que a CDU vai votar contra aquela Recomendação.

33  
34 **O deputado Luís Pardal** rebateu que não é propaganda, é a realidade, e que os Presidentes de Junta  
35 do Partido Socialista estão todos os dias na rua, em contacto direto com as pessoas, recebem  
36 semanalmente dezenas de pessoas a queixarem-se das situações que ali estão explicitadas, é uma  
37 realidade que mexe com a felicidade das pessoas, com o bem estar das pessoas, infelizmente, por  
38 conta daquelas situações que diariamente são identificadas, muitas pessoas já lhe disseram  
39 diretamente “tenho vergonha do estado da limpeza desta Cidade”, muita gente já lhe disse aquilo,  
40 eles conhecem os problemas, sabem dos problemas, sabem que existem dificuldades porque são  
41 poucos recursos humanos, sabem que as ervas crescem a uma velocidade alucinante, sobretudo em  
42 2 períodos do ano, sabem perfeitamente que existem dificuldades logísticas e financeiras também,  
43 mas importa agir de uma forma estratégica porque não podem correr sempre atrás do prejuízo.

44 Concluiu dizendo que a Junta de Freguesia do Bacelo e Senhora da Saúde tem 1 trabalhador  
45 operacional de quadro, o colega da Malagueira tem 3, está com 1 pessoa totalmente empenhada a  
46 fazer trabalho de rua, a fazer manutenção de papeleiras, a estar na rua a limpar, apenas 1 trabalhador  
47 operacional de quadro.

48  
49 **O deputado Gonçalo Costa** disse que não sabe em que Cidade a deputada Elmina vive, mas o  
50 sentimento generalizado dos cidadãos Eborenses é que o acumular e agravar daquelas situações tem  
51 sido constante, e o que aquela Recomendação do Partido Socialista traduz é, de alguma forma, o

1 estado de espírito da generalidade das pessoas, e que o Partido Socialista não está de forma nenhuma  
2 a querer denegrir nada, o Partido Socialista tem uma atitude construtiva de querer o melhor para a  
3 Cidade e para os Eborenses, que aquela Recomendação não é uma crítica aos funcionários da  
4 Câmara, muito pelo contrário, os funcionários da Câmara são uma parte da solução e não do  
5 problema, são eles conseguem, de alguma forma, atenuar a má organização dos serviços da  
6 responsabilidade, essa sim, da Câmara Municipal, e o que a senhora deputada disse é grave, porque  
7 quem não vê baratas numa quantidade extremamente abundante, quem não reconhece aqueles  
8 problemas na Cidade, das duas uma, ou tem um padrão para Évora baixo ou então não consegue  
9 perceber. Aquilo que o Partido Socialista quer e exige é uma Cidade limpa, que ainda por cima é  
10 candidata e está muito bem colocada para poder receber a Capital Europeia da Cultura, por isso o  
11 padrão de exigência terá que ser elevado e é isso que o Partido Socialista exige, é uma Cidade limpa  
12 e com condições de vida que os Eborenses merecem.

13  
14 **A deputada Clara Grácio** referiu que todos gostariam que houvesse um aumento da limpeza, não  
15 há dúvida, o senhor Presidente também já o disse e as condições porque não houve, alias, como o  
16 senhor Presidente da Junta de Freguesia também já disse que o problema na sua Junta de Freguesia  
17 é a falta de pessoal, já perceberam quais são os problemas, mas o que gostavam de chamar a atenção  
18 é que, numa Assembleia Municipal quando se apresenta uma Recomendação ou uma Moção, tem  
19 de se ser responsável nas palavras que se utilizam, e responsabilidade significa que há sentidos para  
20 quando se diz uma praga, o senhor Presidente da Assembleia Municipal é Biólogo, sabe exatamente  
21 o que é que isso quer dizer, não chamam praga assim, não chamam que há uma grande quantidade  
22 assim, há, obviamente condições científicas para quando se diz que há uma praga, isso significa  
23 populismo, isso significa pânico, que não se deve utilizar em documentos públicos, e é exatamente  
24 isso que se está a dizer, ninguém está contra que se deve aumentar a limpeza, o que se está a dizer  
25 é que não se devem utilizar determinadas características que têm conotações reais em termos da  
26 sanidade pública e que não devem ser utilizadas sem existir, na verdade, a justificação para que se  
27 utilizem e quando não se utilizam são irresponsáveis.

28  
29 **O deputado Bruno Martins** informou que o Bloco de Esquerda acompanha, na generalidade,  
30 aquilo que é o sentido da Recomendação, porque de facto todos sentem aquilo que é a quebra dos  
31 padrões mínimos de exigência de higiene no nosso Concelho. Disse também que o crescimento de  
32 pasto e de ervas não é sinal de pouca limpeza, é importante que isso fique claro, e, como ali já foi  
33 dito, a questão de referir pragas de baratas, pragas de ratazanas, pragas de pombos, é uma questão  
34 que é do domínio da saúde pública e que deve estar identificada como tal e, portanto, pede à bancada  
35 do Partido Socialista que reveja a forma como está redigida aquela questão da proliferação  
36 generalizada de pragas, como baratas, ratazanas e pombos, o facto de verem algumas baratas  
37 algumas, ratazanas, alguns pombos, que não é agradável, não é saudável, não quer dizer que exista  
38 uma praga generalizada destes animais na Cidade.

39  
40 **O deputado Francisco Brito** referiu que sobre a imagem da Cidade recomenda à Senhora deputada  
41 Clara Grácio um livro do autor Kevin Lynch, que é precisamente “A imagem da Cidade”, e aí pode  
42 perceber um bocadinho melhor como é que as pessoas formulam a imagem da cidade, e que neste  
43 momento aquilo que as pessoas levam de Évora, ou seja, aqueles que cá estão e aqueles que  
44 efetivamente nos visitam, é uma imagem muito triste e isso tem-lhes chegado, não é porque, e faz  
45 suas as palavras do Deputado Luís Pardal, eles efetivamente estão no terreno, eles efetivamente  
46 vêem os problemas, ouvem as preocupações das pessoas, portanto, há um problema muito grave e  
47 que deve ser resolvido, e é isso que têm pedido, portanto, só pedem é que haja eficácia.

48  
49 **O deputado Gonçalo Costa** informou que a bancada do Partido Socialista acompanha os  
50 contributos das bancadas presentes e vai retirar de pragas e vai passar a proliferação generalizada  
51 de baratas, ratazanas e pombos, tirando a expressão pragas.

1  
2 **A deputada Paula Pitta** saudou todos os presentes e informou que o MCE vai acompanhar  
3 favoravelmente a Recomendação, uma vez que já foi retirada a palavra “pragas”, e lembrou que  
4 proliferação de baratas há em Portugal como noutros países, que há pouco tempo houve em  
5 Barcelona, de qualquer forma, a recolha do lixo deve ser de facto melhorada, é necessário  
6 investimento significativo naquela área, não só com financiamento, reforço de recursos humanos e  
7 equipamentos. Referiu ainda que, se calhar, também seria altura de reforçar e passar também aquelas  
8 competências para as Juntas de Freguesia, que estão mais próximas da população e, claro,  
9 acompanhadas sempre do reforço dos recursos, como é lógico, quer humanos quer de financiamento.

10  
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e do Presidente da  
12 Câmara, e não verificando mais pedidos, submeteu a presente Recomendação a votação.

13  
14 **Deliberação da Recomendação:**

15 **Aprovada por maioria**, com 23 votos a favor (12 do PS, 1 do BE, 3 do MCE, 5 do CMC, 1 do  
16 MICAZA e 1 do MMPI) e 7 votos contra da CDU, com 30 presenças verificadas.

17  
18 **O deputado Natanael Vinha** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**

19 *“Apesar de compreender e a gravidade do que esta Recomendação nos transmite, e isso não ser*  
20 *agradável, ela corresponde, como aqui foi dito, à realidade, e como tal não foi possível deixar de*  
21 *reconhecer essa realidade e votar a favor desta Recomendação, muito também pelos encargos que*  
22 *estabelece à Câmara Municipal e que eu espero aos quais vejamos dada resposta no futuro e dentro*  
23 *dos timings aprovados.”*

24  
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao 3º documento, que é um **Voto Pesar pelo**  
26 **falecimento de Fernando Moital**, do Bloco de Esquerda e solicita que apresente o seu Voto de  
27 Pesar.

28  
29 **O deputado Bruno Martins** exprimiu que este era o Voto Pesar que não queria ler, mas é a  
30 homenagem que é mais do que justa, e procedeu à leitura do Voto Pesar à Assembleia, a qual se  
31 transcreve na íntegra:

32 *“Morreu no passado dia 20 de setembro, Fernando Moital, cidadão eborense que pautou a sua*  
33 *vida por uma intervenção cívica exemplar que mereceu a 26 de janeiro de 2022 um voto de louvor*  
34 *da Câmara Municipal de Évora, aprovado por unanimidade.*

35 *Vencedor do Prémio do Observatório das Comunidades Ciganas / Pessoa de Mérito, Fernando*  
36 *Moital não esgotava num tema as suas inúmeras intervenções cívicas, das quais não queria retirar*  
37 *qualquer mérito pessoal, mas antes construir pontes para tornar o nosso Concelho um local mais*  
38 *inclusivo e com melhor qualidade de vida.*

39 *O Fernando foi ativista pelos direitos das crianças, criando, com tantos outros, a ideia de se*  
40 *projetarem cidades amigas das crianças. Criava em cooperação, e exemplo disso, foi a mobilização*  
41 *de pais e alunos na criação da Comunidade das Escolas da Horta das Figueiras e Santa Clara,*  
42 *onde dinamizou inúmeros projetos e ações.*

43 *O Fernando foi ativista pela transparência e pela participação de todos e de todas na vida pública.*  
44 *Era um pensador da nossa cidade porque a amava profundamente.*

45 *O Fernando foi ativista nas questões da mobilidade e da segurança rodoviária, defendendo o direito*  
46 *fundamental do usufruto por parte dos cidadãos e cidadãs de um espaço público saudável e seguro.*

47 *O Fernando foi um incansável ativista pelos direitos humanos, combatendo todas as formas de*  
48 *discriminação e racismo. Esteve ao lado dos nossos concidadãos nómadas forçados de etnia*  
49 *cigana, pugnando por condições de vida dignas e pelo direito a uma morada, recusando*  
50 *determinantemente a ideia de que cidadãos deste nosso país tenham de ser condenados à itinerância*  
51 *e à invisibilidade.*

1 *O Fernando foi membro do Conselho Municipal de Segurança de Évora eleito por esta Assembleia,*  
2 *era vice-presidente da GARE – Associação para a Promoção de uma Cultura de Segurança*  
3 *Rodoviária e Coordenador Pedagógico do projeto Além Risco, no âmbito do qual foram plantadas*  
4 *mais de 13 mil árvores no Distrito de Évora.*

5 *O Fernando era tão simples, mas tão rico, não procurava ser o centro das atenções, deixando para*  
6 *outros os méritos das suas ações, e com essa simplicidade dos grandes deixou-nos sementes que*  
7 *devemos saber honrar.*

8 *Évora perdeu um cidadão exemplar, um pai generoso e um homem bom.*

9 *Assim, a Assembleia Municipal de Évora, reunida em 30 de setembro de 2022, delibera:*

10 *1. Manifestar a sua profunda consternação pela morte do cidadão exemplarmente empenhado que*  
11 *foi Fernando Moital e exprimir aos seus familiares e amigos o seu sentido pesar, fazendo um minuto*  
12 *de silêncio em sua homenagem. “*

13  
14 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** saudou todos os presentes e disse que, à semelhança daquilo  
15 que aconteceu com o Colega Bruno, é-lhe muito difícil falar do Fernando Moital sem se emocionar,  
16 mas não podia deixar de dizer que ser herói é sempre combater aquilo que os sistemas têm como  
17 assumido e acha que a Memória que devem guardar em relação ao Fernando Moital é a de um herói,  
18 porque ele foi um herói, ele batalhou pelos nómadas, pelos ciganos, ele batalhou pelas crianças, ele  
19 batalhou pela questão da mobilidade, foi das primeiras pessoas a trazer aquela questão para o debate,  
20 convidou muitos deles a participarem, para terem conversas sobre aquele tema e, inevitavelmente,  
21 não poderia ter outro voto que não fosse a favor.

22 Pretendeu deixar ali a todos uma reflexão, porque, por diversas vezes têm sugerido nomes de  
23 pessoas para constarem das nossas ruas à Comissão de Toponímia, não sabem como está a  
24 funcionar, não sabem qual foi o seguimento que tiveram as sugestões, mas não deixará de falar com  
25 a bancada do PS no sentido de que o nome de Fernando Moital figure numa das ruas da nossa cidade,  
26 porque acha que todos lhe devem isso, àquele herói dos nossos tempos, quando era difícil lutar por  
27 todas aquelas causas.

28  
29 **A deputada Elmina Lopes** informou que, obviamente, a CDU vai votar favoravelmente aquele  
30 Voto de Pesar, porque o Fernando Moital foi uma pessoa que conheceu pessoalmente, com quem  
31 conviveu, conheceu o seu trabalho, não estavam de acordo em tudo mas estavam de acordo em  
32 muitas coisas, e, portanto, foi com grande pesar que transmitiu os sentimentos à família e aos  
33 amigos, foi com grande consternação, como é obvio, que souberam do falecimento do Fernando.

34  
35 **O deputado José Santos** recordou que, como às vezes costuma dizer, muita das vezes Deus leva  
36 os bons e os melhores, e acha que foi claramente o que aconteceu. Disse também, que é com muito  
37 orgulho que representa ali uma bancada que, no dia 26/01/2022, com o Fernando Moital ainda vivo,  
38 os vereadores da sua Coligação propuseram um Voto de Louvor ao Fernando Moital, que foi  
39 aprovado por unanimidade na Câmara Municipal e, obviamente, vão associar-se à proposta do Bloco  
40 de Esquerda.

41  
42 **O deputado Joaquim Faria** começou por saudar todos os presentes e disse que, naturalmente,  
43 também irão votar favoravelmente e apresentaram as condolências à família enlutada.

44  
45 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos, e não verificando  
46 mais pedidos de intervenção, submeteu o presente Voto de Pesar a votação e, conseqüentemente,  
47 irão fazer um minuto de silêncio.

48  
49 **Deliberação do Voto de Pesar:**  
50 **Aprovada por unanimidade,** com 30 presenças verificadas.

51

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao 4º documento, que é uma **Moção pela defesa**  
2 **dos CTT**, do Bloco de Esquerda e solicita que apresente a sua Moção.

3  
4 **O deputado Bruno Martins** dispensou a leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve na  
5 íntegra:

6 *“Em todo o país a população continua a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-*  
7 *PP de privatizar os CTT em julho de 2013.*

8 *Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de*  
9 *euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como “a distribuição*  
10 *domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis”. Agora o atraso na*  
11 *entrega da correspondência passou a ser norma.*

12 *O que aconteceu aos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que*  
13 *se desmantelaram os serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram*  
14 *propriedade do Estado português. Só na venda da sede nacional os novos donos dos CTT*  
15 *encaixaram 25 milhões de euros.*

16 *E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT*  
17 *foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são*  
18 *pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos.*

19 *Os novos donos dos CTT focaram-se na criação de um banco para conceder crédito ao consumo e*  
20 *após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de*  
21 *freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e distribuição de*  
22 *cartas e encomendas.*

23 *Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2021 atribuível a detentores*  
24 *de capital foi de 38 milhões de euros, mais 21 milhões que em 2020, e aos acionistas vai ser*  
25 *atribuído este ano mais um dividendo por ação.*

26 *Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem*  
27 *com atraso os vales postais com as suas pensões e contas para pagar já fora do prazo. Os donos*  
28 *do CTT diminuem os gastos com pessoal na área do correio. Não são contratados os carteiros que*  
29 *fazem falta para um serviço de qualidade.*

30 *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Évora reunida a 30 de setembro de 2022, delibera:*

- 31 1. *Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela*  
32 *empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão renovada até 2028;*
- 33 2. *Reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das*  
34 *necessidades das populações em matéria de serviços postais.”*

35  
36 **O deputado Bruno Martins** acrescentou ainda que está a olhos vistos aquilo que foi o resultado da  
37 privatização dos CTT em todo o país, em Évora tem se sentido na pele, os nossos cidadãos e cidadãs  
38 têm sentido o resultado da privatização dos CTT, os atrasos nas entregas do correio em muitos sítios,  
39 o correio que não vem todos os dias, as encomendas que não chegam a horas, os trabalhadores  
40 pressionados e mal pagos, a falta de recursos humanos e, portanto, esta é uma Moção que procura  
41 deliberar e expressar uma indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela  
42 empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com a concessão renovada até 2028, e reclamar junto  
43 dos órgãos de poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades das  
44 populações, em matéria de serviços postais.

45  
46 **O deputado José Santos** mencionou que qualquer cidadão sente e reconhece algumas falhas de  
47 serviço dos CTT, como realmente acontece até nos próprios serviços públicos, mas crê que, de facto,  
48 há algum excesso de caracterização da situação, portanto, não podem acompanhar em algumas das  
49 frases e termos referidos na Moção do Bloco. Também disse que, de facto, na sua opinião há um  
50 problema de regulação, que não é referida na Moção, entendem que o regulador deve ser muito mais  
51 interveniente e muito mais ativo no sentido de garantir que a missão dos CTT é desempenhada a um  
52 nível mais eficaz e mais adequado às necessidades das populações.



1 Concluiu que, por não se reverem numa linguagem belicista, naquilo que tem a ver com a visão da  
2 economia e da sociedade que é expressa naquele documento, o que não significa que não  
3 reconheçam algumas falhas do funcionamento da empresa, irão votar contra.

4  
5 **A deputada Elmina Lopes** informou que a CDU vai, obviamente, votar favoravelmente aquela  
6 Moção, reconhecendo realmente a degradação dos serviços postais e também na sua privatização a  
7 causa principal dessa degradação e, portanto, acompanham aquela Moção.

8  
9 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos, e não verificando  
10 mais pedidos, submeteu a presente Moção a votação.

11  
12 **Deliberação da Moção:**

13 **Aprovada por maioria**, com 24 votos a favor (11 do PS, 7 da CDU, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do  
14 MICAZA e 1 do MMPI) e 5 votos contra do Mudar Com Confiança, verificando-se 29 presenças.

15  
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que o deputado Natanael Vinha se ausentou  
17 temporariamente da Sessão.

18  
19 **O deputado João Manuel Rodrigues Pereira** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**

20 *“Votou favoravelmente considerando que a moção devia ser pela defesa do serviço Correios e não*  
21 *pela defesa dos CTT, porque estão a criticar a empresa e as práticas da empresa, portanto, devia*  
22 *ser pela defesa do serviço de Correios, pelo serviço postal e não da empresa.”*

23  
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que 5º documento, que é uma **Proposta de**  
25 **Criação de Grupo de Trabalho Temporário para Alteração ao Regulamento do Conselho**  
26 **Municipal de Segurança**, do Movimento Cuidar de Évora, foi retirado por consenso de todos os  
27 eleitos.

28  
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao 6º documento, que é uma **Moção Dia Nacional**  
30 **da Água**, da CDU e solicita que apresente a sua Moção.

31  
32 **O deputado José Figueira** dispensou a leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve na  
33 íntegra:

34 *“DIA NACIONAL DA ÁGUA - 1 de outubro*

35 *“A GESTÃO PÚBLICA DA ÁGUA COMO GARANTE DOS DIREITOS HUMANOS”*

36 *No dia 1 de outubro assinala-se o Dia Nacional da Água, num quadro condicionado pelas*  
37 *alterações climáticas que determina a necessidade de se afirmar, de forma inequívoca, que só a*  
38 *gestão pública da água é o garante do seu uso sustentável e do acesso universal da água por parte*  
39 *das populações. Um direito humano inviolável e um dos objetivos da Agenda 2030 para*  
40 *Desenvolvimento Sustentável.*

41 *O direito humano à água e ao saneamento é hoje consagrado, como tal, pelas Nações Unidas e a*  
42 *Constituição da República Portuguesa que no seu art.º 84.º, determina que água é pertença do*  
43 *domínio público.*

44 *No entanto nos últimos 30 anos, após a publicação do Decreto-lei 372/93, de 29 de outubro, (que*  
45 *altera a “lei de delimitação dos Sectores - Lei n.º 46/77), abre-se a porta ao “negócio da água”,*  
46 *com a abertura do setor à participação de capitais privados nos sistemas públicos de abastecimento*  
47 *de água, saneamento e resíduos municipais. Estava dado o “pontapé de saída” para a ofensiva que*  
48 *ao longo dos últimos anos, têm vindo a ser desenvolvida contra a gestão pública da água.*

49 *Efetivamente, a par da ofensiva politicamente assumida por sucessivos governos, desde 1993,*  
50 *desenvolvendo iniciativas e pressões para a entrega da gestão da água e saneamento ao setor*  
51 *privado, a partir da produção de legislação, constata-se que:*

1 - As políticas prosseguidas têm imposto regras e normas, com a finalidade da verticalização do  
2 setor, a partir da imposição das “agregações dos sistemas em “alta” e em “baixa”, com custos  
3 económicos e sociais;

4 - A limitação, e até recusa, no acesso aos “fundos comunitários” (para a apoio a projetos de  
5 requalificação das redes de água e saneamento, de entre outras), tendo como fim último retirar da  
6 esfera dos Municípios, as competências assumidas pelas Câmaras Municipais, com a instituição  
7 do Poder Local Democrático, saído do 25 de Abril de 1974 e consignado na CRP e na Lei.

8 A par dos factos descritos, que se integram nos princípios mercantilistas do “negócio da água”,  
9 estamos confrontados com o agravamento dos impactos das alterações climáticas, onde os  
10 fenómenos da seca e da prolongada baixa pluviosidade são cada vez mais perenes, e cujos impactos  
11 se observam nas bacias hidrográficas portuguesas, nos caudais dos rios e nas baixas reservas de  
12 água nas Barragens e “charcas”, tudo isto com consequentes efeitos no abastecimento de água às  
13 populações, na pequena agricultura particular familiar, etc. etc.

14 A par destas evidências, verifica-se o desenvolvimento dos grandes regadios onde o “agro-  
15 negócio”, com a proliferação de culturas intensivas e superintensivas (Olival e Amendoal, etc.),  
16 que consomem mais de 80% da água produzida, como se verifica no Empreendimento de Fins  
17 Múltiplos de Alqueva, sem que se apontem medidas do uso sustentável da água.

18 A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 30 de setembro de 2022, ao assinalar o Dia Nacional  
19 da Água, considera que:

20 - Num quadro de escassez de água, como uma das consequência das alterações climáticas, ser  
21 necessário afirmar que o “...acesso à água é um direito e não deve ser um negócio, pelo que é  
22 preciso garantir de forma sustentável a utilização e salvaguarda dos recursos hídricos...”, que são,  
23 em conformidade com a CRP, parte integrante do domínio público, uma competência do Estado e  
24 do Poder Local (Municípios), pelo que deverão ser disponibilizados os investimentos necessários e  
25 a assunção da gestão pública da água, garantindo-se às Populações o Direito à Água.”

26  
27 **O deputado José Santos** salientou que, como já referiram ali algumas vezes, de facto entendem  
28 que não há nenhum negócio da água, que a Lei é clara ao impedir a privatização da água, são,  
29 obviamente, sensíveis ao tema e à preocupação sobre o tema e há uma novidade, que é boa, na área  
30 da governação que tutela os Fundos Europeus e a Comissão de Coordenação Regional do Alentejo,  
31 de que vai ser possível no Portugal 2030 candidaturas aos sistemas em alta e em baixo do ciclo de  
32 água, é uma excelente notícia para os Municípios, por isso gostava que aquela notícia também  
33 ficasse referida porque de certa forma contraria o que está na Moção.

34  
35 **O deputado Joaquim Faria** informou que irão votar favoravelmente, mas não sem antes perguntar  
36 para quando é que a nossa cidade e os nossos municípios deixam de ter problemas de abastecimento  
37 de água.

38  
39 **O Presidente da Câmara** disse que relativamente ao Portugal 2030, que o doutor José Santos  
40 levantou, é uma boa notícia se não tiver obrigações para os Municípios, no sentido de imposições,  
41 como aconteceu no presente quadro, porque se disserem “vocês têm dinheiro, se têm dinheiro têm  
42 que entregar o sistema a uma empresa externa”, tem alguma dificuldade em acompanhar essa  
43 situação, como é evidente, porque têm o exemplo de cá, se for sem condições é uma excelente  
44 notícia.

45  
46 **O deputado Gonçalo Costa** considerou que, obviamente, a gestão da água nos dias de hoje assume  
47 uma importância crescente, tendo em consideração as alterações climáticas, e perguntou ao senhor  
48 Presidente da Câmara se tem ideia de qual é que é a percentagem de água que não é aproveitada,  
49 que é perdida diariamente em fugas, no Município de Évora.

50

1 **O Presidente da Câmara** respondeu que não tendo ali o número exato, pode dizer que rondará,  
2 neste momento, os 12%, e que é uma das percentagens mais baixas do País, em termos de perda de  
3 água.

4  
5 **O deputado José Figueira** reforçou o que o senhor Presidente da Câmara disse, a propósito dos  
6 Fundos Comunitários, que as verbas que estão consideradas no Programa Operacional do Alentejo  
7 para 2030 são, comparativamente com as que foram investidas no último Quadro Comunitário na  
8 região, extremamente insuficientes.

9 Referiu que, para além de muitas dessas verbas já estarem alocadas a projetos identificados pelo  
10 Ministério do Ambiente e das Alterações Climáticas, basta ler o documento do próprio Ministério  
11 de setembro de 2021, não se conhecem quais é que vão ser as regras, porque se as regras forem as  
12 mesmas do anterior Quadro Comunitário de Apoio, com imposições para os projetos serem  
13 aprovados, obviamente, que condicionam o acesso àqueles fundos e lembrou que a maioria dos  
14 sistemas em alta na Região estão associados a duas grandes empresas, as Águas do Vale do Tejo e  
15 as Águas Públicas do Alentejo.

16  
17 **O deputado José Santos** mencionou que há, de facto, um objetivo específico que é promover o  
18 acesso à água e à gestão sustentável da água, e que comparou o teor da água no PO Alentejo2020  
19 com o Alentejo2030, e é claramente muito mais ambicioso do que no Quadro Comunitário anterior,  
20 mas como não conhece os regulamentos, e até os conhecer, considera que é uma boa notícia, espera  
21 que seja também uma boa notícia para a Câmara de Évora, e que possam ser apresentadas  
22 candidaturas para resolver os problemas que existem.

23  
24 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** salientou a afirmação que é feita, de que 80% da água se destina  
25 às culturas intensivas e superintensivas não é verdadeira, e é possível constatar a sua falsidade  
26 consultando o site da EDIA. Relativamente à questão dos acessos aos Fundos Comunitários,  
27 efetivamente, os primeiros quadros comunitários destinaram-se aquele tipo de obras e foi a primeira  
28 geração de fundos em que foi possível dizer que a água é um bem Público e que nunca poderá ser  
29 privatizado.

30  
31 **O deputado José Figueira** esclareceu que tem o direito a fazer um protesto, e disse que os  
32 indicadores mencionados foram retirados do Relatório de Contas Financeiro da EDIA de 2021, e  
33 até podia acrescentar outros que não são nada simpáticos, mas aqueles estão lá, e por isso quem deu  
34 aquela informação que consulte, de forma muito particular, o Relatório e Contas de 2021 da EDIA.

35  
36 **A deputada Paula Pitta** mencionou que o problema que se coloca tem a ver, exatamente, com o  
37 custo da água, mas água, de facto, é um bem precioso, e a verdade é que ainda há no Município, no  
38 Concelho, municípios que não têm acesso nem à água nem ao saneamento, e, portanto, deveriam  
39 agilizar aquele processo, nomeadamente em São Manços, nos Canaviais, na Garraia, que ainda não  
40 tem água nem saneamento. Refirmou que não devem esquecer que a água é um bem precioso, e  
41 concordou que não deve ser privatizado, que é um bem Público.

42 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e do Presidente da  
43 Câmara, e não verificando mais pedidos, submeteu a presente Moção a votação.

44  
45 **Deliberação da Moção:**

46 **Rejeitada por maioria**, com 17 votos contra (12 do PS e 5 do Mudar Com Confiança), 12 votos a  
47 favor (7 da CDU, 3 do MCE, 1 do BE, e 1 do MMPI) e 1 abstenção do MICAZA, verificando-se  
48 30 presenças.

49  
50 **O deputado Natanael Vinha** apresentou a seguinte Declaração de Voto:

1 “Votei contra esta Moção embora não tenha nenhuma dúvida de que a gestão pública da Água é  
2 um garante dos Direitos Humanos, mas nós não estamos a votar os títulos das Moções, estamos a  
3 votar o seu conteúdo na sua plenitude. Apesar desta Moção concluir que a Água é parte integrante  
4 do domínio público e uma competência do Estado e do Poder Local, Municípios, nós não ficámos  
5 a saber aqui, quanto é que a Câmara Municipal de Évora está disposta a investir para garantir este  
6 direito, ou a sua parte no papel de garantia deste direito aos cidadãos, porque se é uma competência  
7 do Estado e do Poder Local também tem que ter custos repartidos entre o Estado e do Poder Local.  
8 Ademais, esta Moção recorda-me que, há pouco na discussão da limpeza, se falou muito de civismo,  
9 mas não tem aqui nenhuma palavra acerca do civismo no consumo da água, apesar de já sabermos  
10 que não regamos os jardins com água da rede.”

11  
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao 7º documento, que é uma **Recomendação pelo**  
13 **Reforço de Meios e da Capacidade Operacional do Hospital do Espírito Santo de Évora**  
14 **(HESE)**, da MCC e solicita que apresente a sua Recomendação.

15  
16 **O deputado José Santos** dispensou a leitura da Recomendação à Assembleia, a qual se transcreve  
17 na íntegra:

18 “Como é público, encontra-se em construção o novo Hospital Central do Alentejo (HCA).  
19 Defensor desde a primeira hora do projeto, o PSD tem criticado o facto da construção desta  
20 infraestrutura -fundamental para a vida dos eborenses e dos alentejanos - não ter obedecido a uma  
21 programação financeira clara, atempada e rigorosa, como seria suposto. Não obstante esse deficit  
22 de planeamento, parece evidente que o novo HCA será uma realidade, ainda que obra tenha de  
23 percorrer, muito provavelmente, um horizonte temporal mais longo daquele o Governo previa no  
24 início. Esta dilação temporal obrigará inevitavelmente a uma maior atenção à situação do atual  
25 hospital (HESE), que como é sabido enfrenta dificuldades de vária ordem.  
26 Para além da nomeação urgente de um novo Conselho de Administração, que se quer empenhado  
27 e totalmente comprometido em melhorar a qualidade dos atos médicos prestados e em aumentar o  
28 número de tratamentos e cirurgias - incluindo a redução dos tempos de espera nas urgências - não  
29 podemos ser complacentes com o Governo, que agora reforçado com um CEO para este setor, tem  
30 uma obrigação acrescida de identificar falhas, corrigir problemas e implementar as soluções que  
31 o SNS precisa, e o HESE em particular, executando virtuosamente as verbas inscritas no Orçamento  
32 para a Saúde, as quais nem sempre são utilizadas na sua totalidade.  
33 Assim e num contexto temporal propício à tomada de medidas de política na área da Saúde - com  
34 efeito está-se a preparar o início da discussão do Orçamento de Estado e foi nomeado pela primeira  
35 vez um CEO para esta área da governação - vem a bancada da “Coligação com Confiança”  
36 apresentar a seguinte Recomendação:

37 - Exortar o Governo e os serviços desconcentrados do Estado ligados à Saúde (ARS) e ao  
38 Desenvolvimento Regional (CCDR), bem como o Conselho de Administração do HESE - o atual e  
39 o futuro - a propor e a tomarem de forma conjunta integrada, as medidas necessárias,  
40 nomeadamente em matéria de reforço de meios, equipamentos e pessoal, através das verbas do  
41 Orçamento de Estado para 2023 e anos vindouros, por forma a garantir um pleno funcionamento  
42 desta infraestrutura e o reforço da sua capacidade operacional, enquanto o novo Hospital Central  
43 não é construído.”

44  
45 **O deputado José Santos** realçou que o sentido da Recomendação é muito simples porque têm, e  
46 ainda bem, em construção um novo Hospital, que provavelmente a sua construção vai demorar mais  
47 tempo do que o governo teria idealizado, por razões diversas, e, portanto, não se podem esquecer  
48 que ainda vão ter que lidar com o atual Hospital durante algum tempo.

49 Referiu que há uma conjuntura que lhe parece que é favorável, há um novo Ministro, e, pela primeira  
50 vez, um CEO para aquela área da governação, e irão ter, provavelmente, um novo Conselho de  
51 Administração para o Hospital, mais empenhado, mais reforçado, enfim, com sangue novo.

1 Relembrou que está em preparação o Orçamento de Estado, e é o tempo de olharem para este  
2 Hospital que ainda vai ter que servir as populações da Évora durante mais algum tempo, enquanto  
3 o novo Hospital não é construído, olharem atentamente para reforçar os meios em pessoal, mas  
4 também em equipamentos, para reforçar a sua capacidade operacional.

5 Concluiu que aquela Recomendação não se destina à Câmara Municipal, destina-se, obviamente, ao  
6 Governo e, fundamentalmente, ao senhor Ministro da Saúde, ao senhor Diretor Executivo da Saúde  
7 e aos altos responsáveis regionais das tutelas da Saúde e do Desenvolvimento Regional.

8  
9 **O deputado José Figueira** informou que, obviamente, vão votar favoravelmente, tendo em conta  
10 que aquela Recomendação vai ao encontro com o que a CDU apresentou sobre o reforço dos meios  
11 da Saúde, em dezembro de 2021 na Assembleia Municipal, e que o PS votou contra.

12 Referiu que olharam para um parágrafo daquela Recomendação em que o PSD está ali preparado  
13 para justificar o atraso da obra do Hospital Central do Alentejo, ao dizer que, ainda que a obra seja  
14 uma realidade, há um período a percorrer muito provavelmente num horizonte temporal mais longo  
15 daquele que o governo previu no início.

16 Relembrou que o novo Hospital já anda atrasado desde 2008 e, por isso, agora que a obra está a ser  
17 feita, o PSD apresentar aquela Recomendação é estar a querer justificar o que não tem justificação,  
18 porque, pela informação que tiveram na visita à obra, muito recentemente, a Senhora representante  
19 da ARS disse que a obra era para estar terminada no primeiro trimestre de 2024.

20  
21 **O deputado Joaquim Faria** salientou que é urgente reforçar os meios materiais e humanos no  
22 Hospital de Évora.

23  
24 **O deputado Gonçalo Costa** disse que, obviamente, têm que colocar alguma verdade naquela  
25 Recomendação, porque desde a primeira hora o defensor do projeto da construção do Hospital  
26 Central do Alentejo foi um marco político do Partido Socialista, interrompido durante o governo do  
27 PSD, e retomado na anterior legislatura, é um investimento estruturante não só para a região de  
28 Évora mas para todo o Alentejo, pelo todo o Pólo da Saúde que é previsto ser constituído à volta  
29 daquele projeto âncora e, portanto, é um motivo de orgulho para todos os Eborenses, com o cunho  
30 do Partido Socialista.

31 Referiu ainda que as informações que têm é que a obra está a respeitar os cronogramas previstos,  
32 portanto, não parece que vá dilatar, mas o que naquele momento preocupa sobejamente do Partido  
33 Socialista é a questão das acessibilidades, e isso é também, de alguma forma, responsabilidade da  
34 Câmara Municipal de Évora, uma vez que assumiu essa prerrogativa.

35  
36 **O Presidente da Câmara** esclareceu que, em relação ao que acabou de ser dito, a Câmara  
37 Municipal de facto assumiu, mas continua à espera do acordo e, vários anos depois, ainda não lhes  
38 chegou o acordo para assinarem.

39  
40 **O deputado José Santos** considerou que, de facto, há um atraso na obra e que o podem compreender  
41 por uma multiplicidade de fatores, mas terão certamente um novo hospital.

42 Convidou todos os deputados a olharem para o Orçamento de Estado, para verem qual é a verba que  
43 está a associada para o Hospital e, portanto, o foco daquela Recomendação é, essencialmente, face  
44 a uma constatação, não é um desejo que o Hospital se atrase, é uma constatação de que deve haver  
45 um reforço dos meios do atual Hospital, porque esse reforço vai ser necessário, até consegue  
46 perceber que do ponto de vista da eficiência e de pressupostos de eficiência da economia de meios  
47 pode ser complicado, não têm ainda toda a programação de financiamento adequada para nova obra  
48 e vão ter que reforçar ainda um hospital que vai ser desmantelado, é um problema, mas mais vale  
49 enfrentá-lo de frente, é um pouco o sentido daquela recomendação.

50

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e do Presidente da  
2 Câmara, e não verificando mais pedidos, submeteu a presente Recomendação a votação.

3  
4 **Deliberação da Recomendação:**

5 **Aprovada, por maioria**, com 18 votos a favor (7 da CDU, 5 do Mudar Com Confiança, 3 do MCE,  
6 1 do BE, 1 do MMPI e 1 do MICAZA) e 12 votos contra do PS, verificando-se 30 presenças.

7  
8 **O deputado Gonçalo Costa** informou que a bancada do Partido Socialista irá apresentar uma  
9 declaração de voto. Declaração de Voto não recebida.

10  
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Ponto 3 da Ordem do Dia. Verificou que o  
12 deputado Isidro Lobo se ausentou da Sessão.

13  
14 **III – Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os seguintes**  
15 **pontos:**

16 **1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a situação**  
17 **financeira do mesmo - Tomada de conhecimento.**

18  
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara.**

20  
21 **O Presidente da Câmara** lembrou que, como é hábito, foi distribuído o documento com a  
22 informação da atividade da Câmara, contudo pretendeu acrescentar algumas questões que julga  
23 importantes:

24 - Informou que, há poucas semanas, no Congresso da Organização das Cidades Património Mundial,  
25 Évora foi eleita para o Conselho de Administração, recordou que aquela organização junta 350  
26 Cidades Património Mundial de todo o mundo, e para o Conselho de Administração foram eleitas  
27 também outras Cidades, como Luxemburgo, Québec, Tunes, Viena da Áustria, um conjunto de  
28 outras cidades que vão exercer o seu mandato durante os próximos 2 anos. É uma eleição que, a  
29 seu ver, prestigia Évora e repõe, de alguma maneira, o papel que Évora teve na organização, já que  
30 foi fundadora daquela organização há cerca de 30 anos.

31  
32 - Salientou o chamado DUA, no primeiro dia do novo edifício do Parque Alentejo de Ciência e  
33 Tecnologia, que é um edifício belíssimo, onde têm mais um Arquiteto de nomeada a assinar uma  
34 obra em Évora, o Arquiteto Carrilho da Graça, e nesse dia foram assinados 3 acordos para acolher  
35 3 grandes empresas em Évora, a KPMG, o CEiiA e a Compta Emerging, o que são dados  
36 importantes para o desenvolvimento do Parque e da dinâmica económica, e está perspectivada a  
37 construção de mais 3 edifícios com investimento de 4,8 milhões de euros e recordou que o terreno  
38 é cedido pelo Município.

39  
40 - Realçou o regresso, em força e felizmente, de um conjunto de eventos nacionais e internacionais  
41 em Évora, salientando os dos últimos dias:

42 - o Congresso Internacional sobre o Património Arquitetónico e Paisagístico da Malagueira,

43 - o Congresso sobre Doenças Cardiovasculares,

44 - o Encontro sobre questões dos Contaminantes e o seu impacto na Saúde,

45 e está a decorrer, com grande êxito, a oitava, ou nona edição da Noite Europeia dos Investigadores,  
46 saudou a Universidade e todos aqueles que têm participado, e que nesta Noite Europeia dos  
47 Investigadores estão envolvidos 350 investigadores, o que é um número assinalável.

48  
49 - Referiu que têm estado a acompanhar a Transferência de Competências, que foi garantida essa  
50 Transferência na área da Educação, a partir do passado dia 1 de abril, tem estado a decorrer o

1 período transitório, digamos assim, receberam cerca de 300 trabalhadores da Educação, têm estado  
2 a acertar com os senhores Presidentes dos Agrupamentos de Escolas, as coisas têm estado a evoluir  
3 positivamente, ainda que tenham registado um défice no primeiro trimestre cerca de 150.000 euros,  
4 que esperam, naturalmente, possa vir a ser compensado.

5  
6 - Saudou os Bombeiros Voluntários de Évora e a entrada em funcionamento da Equipa de  
7 Intervenção Permanente, que decorreu do Protocolo assinado com o Município, já o ano passado,  
8 e que este ano propõe uma segunda equipa.

9  
10 - Informou que tem uma notícia menos agradável, que tem a ver com a deteção de irregularidades  
11 na Tesouraria Municipal, que já foi feito um comunicado público e que nesta fase julga que é o  
12 que deve ser dito, uma vez que irá decorrer um conjunto de processos para apurar toda a verdade  
13 dos factos e responsabilidades associadas, e procedeu à leitura do comunicado: “Na sequência de  
14 um processo interno de análise a procedimentos na Tesouraria Municipal, a Câmara Municipal de  
15 Évora identificou graves inconformidades e irregularidades. Perante esta situação, em consonância  
16 com os dirigentes dos Serviços Municipais onde está integrada a Tesouraria Municipal, decidi  
17 instaurar um processo de inquérito nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas para  
18 completo e inequívoco apuramento das ocorrências detetadas, participar a situação ao Ministério  
19 Público nos termos da mesma Lei, realizar de imediato uma auditoria externa à Tesouraria  
20 Municipal, substituir os funcionários afetos à Tesouraria Municipal de forma a garantir as  
21 condições e serenidade essenciais ao apuramento dos factos. De salientar, que são assegurados  
22 todos os direitos previstos na Lei, bem como as obrigações que daí decorrem aos funcionários  
23 agora substituídos e transferidos para outros serviços. A Câmara Municipal de Évora tudo fará  
24 para que o processo desencadeado decorra com a maior tranquilidade e brevidade possíveis, pela  
25 garantia do total apuramento dos factos e da consequente adoção das medidas, em conformidade  
26 com a legislação, e as melhores práticas de transparência.”

27  
28 **O deputado Francisco Brito** referiu que em relação ao tema da Tesouraria, obviamente, é um tema  
29 que os preocupa muito, mas que os seus vereadores eleitos na Câmara Municipal de Évora estão a  
30 acompanhar.

31 Em relação ao Convento de São José da Esperança, que é Monumento Nacional e está no Centro  
32 Histórico, e porque sabem que ele está inscrito na lista do Programa Revive, perguntou se tem  
33 alguma informação em relação à possível reabilitação daquele edifício, se vai acontecer ou não,  
34 porque está num visível estado de degradação que os preocupa.

35 Sobre a Igreja daquele Convento, que se encontra em utilização de forma muito precária, crê que  
36 em setembro de 2020 deu entrada no Município um projeto de licenciamento de uma instalação  
37 sanitária de abastecimento de água à Igreja, porque o abastecimento de água era feito por via do  
38 Convento que está fechado, e foi através de muitos esforços da paróquia que conseguiram que a  
39 Igreja fosse aberta separadamente do Convento. Informou também que se realizam celebrações  
40 naquela Igreja, sem o abastecimento de água, e parece-lhe que aquele projeto é a única solução e  
41 perguntou se realmente há alguma resolução, porque estão a falar de um Monumento Nacional, um  
42 local que tem celebrações públicas, portanto, a situação preocupa-os.

43 Em relação à iluminação no Centro Histórico de Évora, há situações que são comunicadas pela  
44 União das Freguesias de Évora em relação a luzes que não estão a funcionar, e que fazem parte do  
45 dia a dia, mas há uma questão maior que tem a ver com a iluminação de algumas zonas que são mais  
46 escuras e pode propiciar algum clima de insegurança, também algumas situações em matéria de  
47 segurança, ou da falta dela, e uma delas é exatamente à volta do Templo, que também já alertaram  
48 o Município para isso, e é uma situação que carece de alguma intervenção, e perguntou se existe de  
49 facto algum plano para aquela zona e para outras, se aquelas zonas estão identificadas ou não, e se  
50 alguma coisa irá acontecer a breve trecho.

51

1 **O deputado Luís Ramalho** saudou todos os presentes e começou por referir a questão dos  
2 processos disciplinares, recordando que no dia 25 de junho, quando foi a Assembleia Municipal em  
3 São Miguel de Machede, abordou o senhor Presidente para o apoio a uma questão disciplinar a um  
4 funcionário da Junta de Freguesia, porque não têm estrutura para criar aquele processo, e depois  
5 solicitaram o apoio por ofício e até ao momento ainda não teve resposta.  
6 Sobre a questão das festividades, e como mal a Câmara Municipal apoia ou dá apoio logístico às  
7 Freguesias, continua a apresentar um palco, que não é palco nenhum, é um estrado todo o partido,  
8 podre e a cair, a estrutura metálica deve ter 30 ou 40 anos, se não for mais, e as tábuas igualmente,  
9 sem uma estrutura para uma cobertura, que não se apresenta em lado nenhum nem a ninguém.  
10 Informou que este ano, em parceria com a Associação Capote Música e com o apoio da DGArtes,  
11 contrataram 2 bandas que tocam originais, porque quiseram dar um bocadinho diferente do que é  
12 normal, não é que os outros artistas sejam menos que aqueles, mas quisemos mostrar ali um  
13 bocadinho de música diferente e com melhor qualidade, ou qualidade diferente, mas não se  
14 apresenta a ninguém o estado do palco. Este assunto já foi bastante falado, já houve a possibilidade  
15 de se arranjar um, mandaram uma listagem com as festividades de cada Freguesia, que era para se  
16 articular, para poder ser cedido, o que é certo é que continua o mesmo miserável palco de um lado  
17 para o outro.  
18 Referiu que outra questão, que já falam há 9 anos, o senhor Presidente e outros eleitos também, é a  
19 relação que têm, que é distante e impessoal, infelizmente sempre sentiu isso, mas sempre disseram,  
20 vamos ajudar, vamos colaborar, vamos cooperar, fazer parcerias, mas até ao dia de hoje, 9 anos  
21 depois, estão todos na mesma. Têm um protocolo com a antiga Escola dos Foros das Pombas, que  
22 fica no meio do campo, começaram a falar em 2014, a Junta de Freguesia concorreu a um edital em  
23 2016, continuam sem resposta. Sobre a questão que o senhor Presidente falou sobre a Tesouraria,  
24 não sabe o que se passa com essa situação, mas a Junta de Freguesia recebeu um e-mail dos Serviços  
25 Municipais para entregar a declaração de não dívida às Finanças e à Segurança Social para lhes  
26 pagarem o valor do mês de setembro, o valor exatamente igual ao da DGAL o que é estranho receber  
27 de dois lados, comunicaram para os Serviços o que se estava a passar, porque não fazia sentido estar  
28 a receber depois ter que devolver o dinheiro que era exatamente o mesmo valor, a funcionária disse  
29 que era um acerto de contas mas ia falar com um colega, o que é certo é que depois lhe telefonaram  
30 a pedir desculpa porque afinal era um equívoco, não havia acerto nenhum a fazer, portanto, é preciso  
31 terem atenção.  
32 Em relação ao início das aulas, devido ao facto de a empresa que fazia o transporte das crianças do  
33 1º ciclo de São Miguel de Machede para a Azaruja, segundo lhes disseram, desistiu do concurso, a  
34 Câmara assumiu o transporte de manhã e ao final do dia, mas havia a questão do transporte das  
35 refeições, que são feitas na Azaruja, para São Miguel de Machede e a Junta de Freguesia assumiu  
36 esse compromisso, enquanto o concurso não fosse concluído, criou-lhes alguns transtornos para o  
37 funcionamento diário, mas assumiram aquela questão, com o pagamento devido dos 54 cêntimos  
38 por km, mas aconteceu que começaram a ver que a carrinha da Câmara Municipal estava o dia  
39 inteiro na Freguesia, e se a carrinha está lá, mal por mal, faz ela, falou com os Serviços que lhe  
40 disseram que não tinham conhecimento, e passado 5 minutos ligaram-lhe a dizer que era verdade, a  
41 carrinha estava lá todo dia ,e então, eles já não precisavam de fazer aquele serviço. Disse que tomara  
42 ele dar conta da Junta de Freguesia, não tem de conta dos serviços municipais, acha que que já estão  
43 a ultrapassar muita coisa, esta gestão nunca esteve boa e agora então está péssima, acha que está  
44 mais que no tempo de meterem os pés assentes na terra e perceber o que é que se faz, e a Junta de  
45 Freguesia, mais uma vez, continua disponível para colaborar, como sempre, do outro lado,  
46 infelizmente, não se consegue ver isso e é de lamentar essa questão.  
47 Sobre uma outra situação que falaram com o senhor Presidente, no mandato anterior, sobre uma  
48 campanha de recolha dos dejetos dos animais, foi uma campanha feita com quê, com as 3 freguesias  
49 urbanas, como se o problema não existisse no concelho todo, nas freguesias rurais, “pois sim Senhor  
50 tem razão, podemos também fazer com vocês” até hoje, era um papel e só meter lá as Juntas de  
51 Freguesia. não se fez, não custava nada, caiu no esquecimento, é falta de consideração, falta de



1 respeito, tem que entender como tal, 9 anos depois não pode entender de outra maneira, e essas  
2 situações, é claro, que começam a transtorna-los cada vez mais e deixa-los cada vez com menos de  
3 vontade, por um lado.

4 Falou-se agora de uma nova plataforma das ocorrências, começaram a aparecer emails, ocorrência  
5 numero tal, pensou “isto é coisa nova”, passado pouco tempo recebeu uma explicação do que é que  
6 estavam a fazer e já desapareceu, continuam a enviar as comunicações, já não vai nada em troca,  
7 nem automático, nem sem ser automático, não recebem nenhuma resposta de retorno, e continuam  
8 a fazer uma coisa, que o senhor Presidente já várias vezes ali falou, que é “estou farto de dizer aos  
9 Serviços quando for para se deslocarem, para fazer uma intervenção, das poucas que lá fazem,  
10 comuniquem às Juntas de Freguesia”, continuam lá ir e quando lá vão não comunicam coisíssima  
11 nenhuma, não pode ser, isso é uma falta de respeito e de consideração por todos os eleitos, ele foi  
12 eleito, os outros 11 foram eleitos, o senhor Presidente foi de igual forma, aquilo não pode acontecer,  
13 9 anos depois é de uma inércia, é não querer saber das coisas, é o que ele entende, lamenta dizer  
14 isso, é o que ele entende. Acha deviam estar ali a falar muito mais abertamente, aliás, aquelas coisas  
15 nunca deviam surgir, o gabinete do senhor Presidente ligou-lhe a primeira vez, quando se dá  
16 pandemia, a dizer que o senhor Presidente gostava de falar com ele, se ele tem disponibilidade, não  
17 pode haver isso entre eles, falam o que têm a falar e está a andar, tem que ser assim para as coisas  
18 andarem, os Vereadores a mesma coisa, mas é aquela coisa toda, aquela cerimónia toda, para quê a  
19 gente estamos cá todos e para resolver os problemas, mas vocês não são capazes de ver isso, vocês  
20 vêem neles uma fonte de problemas, e eles querem fazer parte da solução, querem, sempre quiseram  
21 e vão continuar a querer e vocês não entendem isso, depois de 9 anos vocês não entendem isso ou  
22 não querem entender, como a situação das ARUS, Áreas de Reabilitação Urbana, foram criadas  
23 contra a vontade da CDU, tem que se dizer, nas zonas rurais foram contra, porque a divulgação foi  
24 zero, nunca mais ninguém sabe que elas existem, depois as ARUS senão se andar para a frente com  
25 elas, se não for feito um plano de pormenor, ou um plano de reabilitação, elas vão perder a validade,  
26 vão desaparecer, e todos os benefícios que as pessoas podiam ter para recuperar casas, até o espaço  
27 Público e tudo mais, acabou por parte da Câmara, isso é inércia, isso é não querer saber das coisas,  
28 é o quê, falta de capacidade, acha que eles têm a capacidade mas porque é que não a aplicam.

29  
30 **O deputado Luís Pardal** disse que tem algumas questões para colocar e começou pela criação,  
31 pelo Município, de uma Ecobrigada, que pode ser uma esperança para agir em determinadas  
32 matérias, citando a comunicação “através da introdução de novas metodologias de organização de  
33 trabalho, foi possível aos serviços rentabilizar os recursos existentes, melhorando deste modo o  
34 respetivo desempenho”, questionou quais é que são estes novos métodos de trabalho aplicados, por  
35 um lado, e por outro lado, se o senhor Presidente sabe se esta reorganização dos Serviços está a  
36 contribuir para a motivação dos trabalhadores ou se, pelo contrário, está a gerar algum tipo de  
37 descontentamento.

38 Colocou também as seguintes questões, qual é que é o ponto de situação da construção, ou do projeto  
39 de construção, do acesso pedonal à Estrada dos Aliados, uma infraestrutura essencial sobretudo pela  
40 segurança, ou pela falta dela, a quem caminha ali diariamente; qual é o ponto de situação do projeto  
41 Lar Nossa Senhora da Conceição, outro projeto estruturante no Bairro da Câmara e que já por  
42 diversas vezes pediu que gostavam de poder conhecer o projeto e também a população; a plataforma  
43 de gestão de ocorrências, de facto é verdade que existe a falta de comunicação, que é sentida por  
44 muitas Juntas de Freguesia, e deu como exemplo, desde o princípio do ano já fizeram 120 exposições  
45 das quais, até há bem pouco tempo, tiveram 35 respostas e das 35 respostas não significa que seja  
46 no sentido da sua resolução, esta nova plataforma é importante e essencial, mas uma questão que  
47 foi colocada é se existe alguma diferenciação quando é enviada por uma Junta de Freguesia, e foi-  
48 lhes dito que não, portanto, seria, digamos, tábua rasa para todas as comunicações, portanto, era  
49 importante que houvesse uma reflexão sobre aquele especto; sobre o pagamento do valor apurado,  
50 que já está apurado, e tendo em conta que as Juntas de Freguesia já avançaram com a despesa que  
51 assumiram e com integridade que são competências da Câmara, mas que assumiram, é importante

1 porque já começaram um novo ano letivo e as despesas ocorrem; preocupante o apoio ao  
2 associativismo, gostava que os pudesse esclarecer, porque decorreu o fim de semana passado  
3 um torneio organizado pelo Grupo Desportivo André de Resende, foi num fim de semana, não foi  
4 num período de aulas, a sua venda de águas, cafés, sandes, não foi autorizada pela Câmara  
5 Municipal, referindo que aquele clube é um clube que deve orgulhar Évora e todo o Concelho, o  
6 Alentejo, que está na primeira divisão do Basquete, estão em escalada, e precisam de ver situações  
7 resolvidas, como por exemplo o marcador, e que daqui a 15 dias começam o torneio, para finalizar  
8 saudou a intervenção da ponte de ferro na ecopista, que era um perigo iminente, mas existe outra  
9 ponte, igualmente em situação de risco, depois do ECO Frango, perguntou se também está prevista  
10 aquela intervenção que seria urgente.

11  
12 **O deputado Joaquim Faria** começou por solidarizar o Movimento com as palavras do deputado  
13 Luís Ramalho e questionou o senhor Presidente se é possível quantificar o número de candidaturas  
14 que já fizeram ao PRR, e dessas quais é que já foram aprovadas, e manifestou o agrado alguma  
15 reparação na sinalética e nos buracos da Cidade, e também no Concelho, mas deixou de ser visível,  
16 e perguntam se será efetivamente uma paragem ou é só o facto de não serem visíveis.

17  
18 **O deputado José Piteira** começou por saudar todos os presentes e referiu que tem algumas questões  
19 a colocar ao senhor Presidente, em relação à Estrada municipal 534, a Estrada Municipal que liga a  
20 Barragem do Monte Novo, que é uma praga de buracos, não se consegue passar lá, têm um hotel  
21 em Nossa Senhora de Machede, com 50 camas, e o diretor do hotel aquilo que mais lamenta, além  
22 de outras coisas, mas a principal é a falta de acesso, diz quando tem um cliente que vem do sul, que  
23 vem do Algarve ou daquelas zonas, quando mete no GPS para ir para Nossa Senhora de Machede,  
24 o GPS manda direito à Barragem do Monte Novo, quando lá chegam vão num pandemónio, é uma  
25 coisa brutal, o livro de reclamações do hotel é sobre a estrada e sobre o acesso, diretor do hotel já  
26 pediu uma reunião com a Google para ver se consegue desviar as pessoas direto à cidade para evitar  
27 todos aqueles transtornos, e é mesmo um transtorno para a Freguesia.  
28 Sobre o Caminho Municipal 1095, foi pavimentado em 2001, ainda na altura do Doutor Abílio, e  
29 foi a galinha dos ovos de ouro para uma Freguesia que era uma ilha e passou a ter uma estrada, e  
30 uma ligação direta a Montoito, Redondo, que lhe trouxe muitas vantagens, não discutindo a forma,  
31 a execução e a perfeita execução, mas, para além da má execução da estrada, queriam era a estrada  
32 feita, mas também não tinham que se pronunciar sobre ela, mas ao longo dos anos foi a falta de  
33 conservação que aquela estrada teve, que levou à desgraça está, mas que está muito melhor do que  
34 estava em 2018 quando se fez um arranjo, mas de 2018 para cá já está outra vez quase num estado  
35 lastimável, a primeira questão é se têm alguma previsão, se têm alguma perspetiva, que lhes diga,  
36 não temos, ou temos para o próximo ano, ou vamos fazer pouco, ou vamos fazer metade, por aquele  
37 Caminho Municipal que liga à Barragem do Monte Novo é uma catástrofe completa para as pessoas  
38 que ali passam, e para terminar colocou a questão, que há muito tempo também já não ouve falar na  
39 Assembleia, que é sobre o IP2, sabe perfeitamente que deve ser das únicas Capitais Distrito, Évora,  
40 em que um IP2 que passa pela Avenida Leonor Fernandes e pela Avenida S. João de Deus, quer  
41 dizer Nossa Senhora de Machede é a freguesia que tem mais quilómetros de um possível IP2, sabem  
42 que antes do IP2 já passou o TGV, com aquela grande promessa na Sousa da Sé, onde o saudoso  
43 Sócrates veio fazer a sua apresentação e que levou algumas empresas na altura que eram visionários  
44 a levarem-nas à falência sobre aquilo que era o visionamento de um comboio de alta velocidade,  
45 agora parece que temos um ministro que é visionar sobre a ferrovia, mas quer dizer, andam sempre  
46 ao contrário, quando se precisa de ferrovia não se tem nenhum ministro visionário, agora que se  
47 precisam de estradas têm um ministro que é visionário, a Câmara diz que não há apoios para as  
48 estradas, porque para uma Freguesia não basta ter só boas condições, também tem que ter bons  
49 acessos, é verdade que conseguiram o principal, que há muitas décadas que andavam atrás dele, os  
50 seus antepassados e toda a população, que foi a Estrada 526 que os liga a Évora, mas agora têm a

1 outra parte, é importante haver uma expectativa e haver alguma coisa que possam dizer às pessoas  
2 que circulam naquela estrada.

3  
4 **O deputado Luís Ramalho** disse que, para terminar, são coisas relacionadas com a intervenção que  
5 fez antes e sobre a questão do colega Piteira, as Infraestruturas de Portugal, com todos os defeitos  
6 que tem, tem qualidades, vão ao site das Infraestruturas de Portugal e vão ao link “fale connosco”  
7 colocam lá as situações das estradas que são titulares a Infraestruturas de Portugal, que estão sob  
8 sua tutela, fez uma, na estrada nacional 2541, São Miguel- Évora e São Miguel-Estação de Azaruja  
9 no dia 23, no dia 27 já teve uma resposta a dizer que na primeira quinzena de outubro irão fazer a  
10 intervenção daqueles buracos que lá estão, funciona e fazem mesmo, aqui nada, está tudo ao Deus  
11 dará, quer dizer, não dá para perceber as coisas, quando estamos todos a tentar colaborar, quer uma  
12 carrada tout-venant, ou duas, tratam disso, tento a ver isso, não se resolve nada, enrola-se, enrola-  
13 se, não chega a lado nenhum.

14  
15 **O deputado Gonçalo Costa** disse ao senhor Presidente, 9 anos para resolver um conjunto estrutural  
16 de problemas e continuam na mesma.

17  
18 **O Presidente da Câmara** em relação às questões colocadas, esclareceu:

- 19 - Relativamente à questão do Convento do programa Revive, não têm novas informações sobre  
20 aquela matéria, a informação que têm é que se manterá a intenção inicial;
- 21  
22 - Em relação à questão do abastecimento de água, o problema que se coloca é que o Regulamento  
23 obriga que o contador seja posto à face para a leitura, estão a falar de um Monumento Nacional e  
24 não é fácil encontrar essa solução e, portanto, estão a procurar uma outra solução, que acha que já  
25 têm, e que tem a ver com a utilização de uma tecnologia que já estão a utilizar nalgumas zonas,  
26 que tem a ver com os contadores ditos inteligentes, ou seja, que podem transmitir por outras vias  
27 a informação e desta forma evitar que se tenha que fazer aquela obra, que o regulamento impõe;
- 28  
29 - Sobre as questões de iluminação, estão de facto a ser consideradas de acordo com as prioridades  
30 que estão definidas, há um conjunto de questões que dependem da concessionária, nomeadamente  
31 da E-REDES, e também a outro nível da empresa que está a acompanhar a questão dos lotes, e,  
32 portanto, decorre naturalmente das avaliações que a concessionária faz e lhes transmite, pedem  
33 reforços e depois há uma avaliação, se é possível, se não, em que condições é que é possível fazer,  
34 mas está de facto a decorrer não apenas no Centro Histórico, mas noutras situações;
- 35 - Referente à questão do processo disciplinar, estão a procurar dar apoio, não deram resposta  
36 exatamente porque tendo falta de juristas, e não querendo dizer que não, sendo essa uma  
37 competência da Junta, naturalmente, estão a procurar ajudar a Junta e é por isso que estão a  
38 procurar uma solução de forma a que a Câmara apoie a Junta;
- 39  
40 - Quanto à questão do palco, felizmente durante este ano tiveram muitas festividades, muitas festas  
41 e muitas delas em simultâneo, e, de facto, não têm capacidade para responder a todas, é claro que  
42 a solução mais prática, e que evitaria o que que o senhor Presidente disse, era dizer “olhe não  
43 temos”, e se não têm não é possível responder e, portanto, quem desenvolve essas atividades tem,  
44 naturalmente, que contar com aquilo que são os seus recursos, mas não, tentam, de facto, procurar  
45 responder, na medida do possível, àquilo que é colocado, portanto, aquelas coisas depois sucedem,  
46 de facto não têm capacidade para ter palcos “xpto” para todas as festas e festividades que têm;
- 47  
48 - Em relação à questão dos transportes escolares, registou o que disse, manifestou apenas a sua  
49 surpresa, relativamente às palavras dele, falta de consideração e falta de respeito, que é coisa que  
50 acha que nunca aconteceu, mas que, enfim, se considera assim passará a registar essa questão;

51

- 1 - Sobre a plataforma de ocorrências, é uma plataforma nova que está a ser neste momento posta em  
2 funcionamento, não está ainda a funcionar, irão haver ações de formação e sensibilização  
3 relativamente à questão daquela plataforma e serão naturalmente convocadas quem vai usar a  
4 plataforma de ocorrências para o trabalho, quando ela entrar em pleno funcionamento;  
5
- 6 - Em relação à ARU, disse que não, não foram criadas contra a vontade da CDU, pelo contrário,  
7 assumiram-nas e, enfim, reconhecendo que de facto há muitos problemas na rede viária, podia  
8 pelo menos dito que “olha, repararam as Courelas da Toura e fizeram esse trabalho”, era pelo  
9 menos um reconhecimento mínimo de que tinha sido feita alguma coisa, digamos que se esqueceu  
10 de referir e, enfim, percebe, esqueceu-se de referir esse tipo de questão;  
11
- 12 - Relativamente à questão da criação da Ecobrigada, de facto alteraram o funcionamento dos  
13 serviços, têm uma nova formulação dos serviços, estão a testar essa nova formulação, há  
14 contentamentos e há descontentamentos, naturalmente quando há alterações nos serviços há  
15 sempre quem fique descontente, há sempre quem fique mais satisfeito e, portanto, também  
16 aconteceu naquela situação, entenderam, de facto, que tinham de proceder aquela alteração;  
17
- 18 - Quanto ao Largo Nossa Senhora da Conceição, estão a reformular as questões do orçamento,  
19 porque o projeto está atualizado, têm tido aqui algumas dificuldades a este nível;  
20
- 21 - Em relação às comunicações, enfim, há um conjunto significativo de comunicações, admite que  
22 possam ter dificuldade em responder aquele volume de comunicações;  
23
- 24 - Sobre o pagamento dos valores apurados das cantinas, aquilo que falaram e como é sabido, é que  
25 até ao final do mês apurariam os valores de forma a tentar que os pagamentos pudessem ocorrer  
26 em outubro, estão a trabalhar nesse sentido, para poder dar a tentar dar as respostas;  
27
- 28 - Sobre a esta questão da venda não autorizada, confessou que não conhece, admite que seja alguma  
29 coisa de ordem legal, mas irá informar-se sobre o que é que terá a acontecido;  
30
- 31 - Estão a preparar a intervenção na outra ponte da ecopista;  
32
- 33 - Relativamente ao PRR, os Municípios não têm acesso a muitas candidaturas do PRR, têm apenas  
34 algum acesso, estão a decorrer alguns avisos, eles abrem, fecham, são alterados, neste momento  
35 não consegue dizer um número exato, mas o número de candidaturas é um número mínimo  
36 relativamente ao volume do PRR;  
37
- 38 - Sobre as reparações da rede viária, tiveram, de facto, dificuldades em garantir os fornecimentos de  
39 um conjunto de materiais, e foi isso que levou a que alguns trabalhos parassem, recordou, por  
40 exemplo, a Estrada da Igrejinha e de outras áreas, que começaram a ser reparadas e exatamente  
41 quanto começaram ser reparadas tiveram falhas de fornecimento, estão a tentar ultrapassar a  
42 situação mas espera que no futuro aquilo possa ser colmatado, mas admite que possa voltar a haver  
43 aquele tipo de falhas, porque hoje em dia estão com algumas dificuldades no fornecimento de  
44 produto por parte das empresas, como é sabido;  
45
- 46 - Relativamente às questões colocadas, de facto infelizmente a Freguesia é servida pela municipal  
47 526, gostaria, como já disse ali várias vezes, de dizer que vão arranjar toda a rede viária, não, não  
48 vão arranjar toda a rede viária, simplesmente porque não têm os 12.000.000 de euros necessários  
49 para arranjar toda a rede viária e porque, de facto, durante muitos anos ela não teve manutenção e,  
50 portanto, está a decorrer um processo para conseguir um empréstimo, já têm a possibilidade agora  
51 de fazer um empréstimo, que antes não tinham, antes tinham uma sobre incapacidade de

1 financiamento de 32.000.000 e meio de euros, finalmente agora têm alguma capacidade de  
2 endividamento para poder investir exatamente na rede viária, e nalgumas outras áreas, mas em  
3 particular na rede viária, de modo que não consegue dizer, de facto, quando é que podem resolver  
4 aquele assunto, percebe esta estrada mesmo que venha a ser reparada, se continuar a ter o tipo  
5 de utilização pesado que tem, aquela estrutura não resistirá, irão, de qualquer maneira, ver o que é  
6 que é possível fazer, e o mesmo em relação ao Caminho Municipal. Em relação ao IP2, há um  
7 compromisso por parte do governo de que está inscrito no PRR para ser, finalmente, realizado e,  
8 portanto, vão aguardar que isso aconteça.  
9

10 **O deputado Luís Ramalho** esclareceu o senhor Presidente que não é falta de respeito nem de  
11 consideração, tem estima e admiração pelo cargo de Presidente do Município, isso tem e gostava de  
12 ter também pela pessoa, mas por isso tem que haver a relação, tem que funcionar, e acha que pode  
13 funcionar perfeitamente, podem zangar-se, podem chatear-se, mas têm que lá voltar outra vez para  
14 resolver e tratar as coisas, e entende que deve ser assim, e devia ter sido assim logo de início, não  
15 foi, mas ainda estão a tempo de o fazer. Sobre o processo disciplinar, podiam ter respondido  
16 “informamos que não temos”, ia ver outro município, porque é assim que tem que se fazer o  
17 procedimento, pede ao Município do Conselho, o Municipal do Concelho não tem disponibilidade,  
18 vão à procura do outro Município vizinho.

19 Sobre municípios vizinhos, o palco é emprestado a freguesias do concelho, municípios vizinhos  
20 emprestam, mas chama-se mesmo palco e é mesmo um palco, é um palco verdadeiro, qualquer  
21 artista lá pode atuar, e orgulha-se de lá atuar, e é isso que aqui não têm. Nas Courelas da Toura,  
22 foram pavimentados cerca de 2500 m<sup>2</sup> de um caminho municipal que estava lá abandonado há anos,  
23 o senhor Vereador sabe perfeitamente, acompanhou a situação de perto, e ele, como técnico de  
24 topografia, fez um levantamento topográfico no cruzamento, com um triângulo lá estava obsoleto  
25 há 40 anos, para o substituir por um em formato de uma gota, fez o levantamento, era só os serviços  
26 dizerem como é, não tinham que lá ir fazer nada.

27 A questão das estradas, mais uma vez, sim, elas estão estragadas, custam muito dinheiro arranjar,  
28 mas se se tratasse do escoamento das águas pluviais, porque quem percebe sabe, se as estradas  
29 tiveram bons escoamentos de águas pluviais não vão para a via, não vão para o pavimento, e o  
30 pavimento não se deteriora como está a deteriorar desta forma, tem que haver o escoamento das  
31 águas pluviais, elas estão todas obstruídas, estão todas assoreadas, passam a máquina e cortam o  
32 pasto que fica lá, vai ganhando altura e água circula dentro da via, é a segurança Rodoviária que  
33 está em causa e está a deteriorar-se a infraestrutura Rodoviária, toda a gente vê isso, é mais que  
34 óbvio que a água em cima de uma estrutura Rodoviária vai estragar tudo, e então estas têm anos e  
35 anos tem que se inverter a situação, não é uma chamada de atenção, é um conselho, uma opinião,  
36 que acha que é válida se a considerarem como tal também. Disse que tem uma informação da  
37 Associação de Reformados de São Miguel de Machede que pediram a cedência de transporte para  
38 o Mês do Idoso, no início do mês e ainda não foi respondido.  
39

40 **O Presidente da Câmara** disse que relativamente à questão da estrada dos Aliados, está a ser  
41 preparado o processo de intervenção que irá a concurso dentro de pouco tempo, não consegue dizer  
42 naquele momento o que é que está previsto em relação a essa matéria;

43 - Em relação ao senhor Presidente da Junta dizer pá, lastima que diga isso, mas, enfim, respeita  
44 naturalmente, respeito ao cargo, mas não à pessoa, admite isso perfeitamente, foi o que acabou de  
45 dizer, mas se quiser retificar terá todo o gosto de ouvir a sua retificação;  
46

47 - Reafirmou que está disponível e nunca se recusou falar com quem quer que fosse, ir ver as  
48 questões que fossem, recusa-se a fazer demagogia, no sentido de dizer que posso fazer aquilo,  
49 que a Câmara vai fazer isto e aquilo e outro e 30.000 coisas, não tendo recursos suficientes para o  
50 fazer. É evidente, do ponto de vista político, que tem custos mas recusa-se a dizer que vai fazer  
51 coisas e depois não faz, porque exatamente muitas vezes não há recursos para o fazer e, portanto,

1 têm que ser verdadeiros e falar verdade, relativamente a estas matérias, agradeceu-lhe imenso os  
2 conselhos que que lhe deu e garantiu-lhe que são tidos em boa conta, mas uma coisa é terem em  
3 boa conta, outra coisa é terem capacidade para os poder concretizar.

4  
5 **O deputado Luís Ramalho** referiu que nunca disse aquilo ao Presidente, nunca saiu da sua boca e  
6 é isso que tem que ficar esclarecido, e, evidentemente, que já cá está, como disse, há 9 anos, sabe  
7 perfeitamente as dificuldades da Câmara, das Juntas, do que é a Administração Pública, sabe  
8 perfeitamente disso, e as Juntas de Freguesia, claro fala ali da Junta de São Miguel de Machede,  
9 sempre disponíveis para colaborar, não querem fazer de São Miguel de Machede uma megacidade,  
10 nada disso, só querem manter aquilo que lá está, dar qualidade de vida, conforto e bem-estar aquelas  
11 pessoas que lá estão, que, infelizmente, cada vez são menos, e isso é possível fazer, às vezes só com  
12 pouco dinheiro, com vontade, com parceria, com cooperação, resolvem-se muitas coisas e o  
13 distanciamento também encurta muito mais.

14  
15 **O Presidente da Câmara** referiu que gostaria de continuar aquele diálogo, mas parece-lhe que é  
16 inconsequente, não podem agora voltar ali ao investimento no Centro de Convívio e um conjunto  
17 de outras questões, mas julga que não vale a pena estar ali a continuar o diálogo.

18  
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e do Presidente da  
20 Câmara, e não verificando pedidos de intervenção, informou que passa ao ponto 2.

21  
22 **2. 5ª Modificação objetiva ao Contrato de Concessão e Gestão do Serviço Público de**  
23 **transporte de Passageiros no Município de Évora.**

24  
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara.**

26  
27 **O Presidente da Câmara** lembrou que está em curso o processo para nova concessão dos  
28 transportes públicos em Évora, entretanto, e enquanto não é concretizado, têm vindo a fazer a  
29 prorrogação do atual contrato que têm e espera, não pode garantir, mas espera que seja a última  
30 concessão até que o processo da nova concessão esteja realizado.

31  
32 **O deputado Gonçalo Costa** disse que a questão dos transportes urbanos é uma questão fundamental  
33 e a bancada do Partido Socialista acha que deveria haver, por parte do Município, uma melhor  
34 adequação, quer nos horários quer nas rotas, para melhor servir a população, portanto, é apenas uma  
35 pequena recomendação que fazem, muitas vezes acham que os horários são desajustados, ter em  
36 consideração os horários escolares, e as rotas muitas vezes não servem da melhor forma os interesses  
37 da população mas, obviamente, que isso os levaria a uma discussão mais profunda do que aquilo  
38 que está em discussão, mas gostariam de deixar aquela nota ao senhor Presidente da Câmara.

39  
40 **O Presidente da Câmara** esclareceu que o concurso que puseram a decorrer procurou responder,  
41 na medida dos recursos que o Município tem, às preocupações manifestadas e precaver algumas  
42 outras para o futuro, nomeadamente, por exemplo, o acesso ao novo Hospital, o acesso à zona  
43 industrial e ao Parque Industrial e algumas outras questões, certamente não conseguirão responder  
44 a todas as preocupações e questões que lhes foram colocadas, mas o novo concurso permite alguma  
45 flexibilidade de ajustamento ao longo do período em que for efetuado, portanto, esperam que isso  
46 possa ser efetuado para responder aos principais problemas que têm a esse nível.

47  
48 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que esperam então para ver essa concretização.

49  
50 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e do Presidente da  
51 Câmara e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente 5ª Modificação objetiva

1 ao Contrato de Concessão e Gestão do Serviço Público de transporte de Passageiros no Município  
2 de Évora, a votação.

3  
4 **Deliberação da 5ª Modificação objetiva ao Contrato de Concessão e Gestão do Serviço Público**  
5 **de transporte de Passageiros no Município de Évora:**

6 **Aprovada por maioria**, com 28 votos a favor (11 do PS, 6 da CDU, 5 do Mudar Com Confiança,  
7 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 1 abstenção do PS, verificando-se 29 presenças.

8  
9 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passa ao ponto 3.

10  
11 **3. 12º Relatório semestral do Plano de Saneamento Financeiro | junho de 2022.**

12  
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara.**

14  
15 **O Presidente da Câmara** lembrou que o Relatório foi distribuído, no seguimento daquilo que  
16 foram os Relatórios anteriores e no cumprimento do Planeamento Financeiro que vem sendo  
17 aplicado, naturalmente sofrendo os ajustamentos, desde logo no início, teve um desfasamento de  
18 cerca de 1 ano e, portanto, há essa questão que deve ser tida em conta e, por outro lado, naturalmente,  
19 as vicissitudes que têm tido, nomeadamente através da pandemia, e que obrigou outros  
20 ajustamentos, mas de resto os principais objetivos têm sido atingidos, felizmente, e o relatório reflete  
21 isso.

22  
23 **O deputado Redolfo Pereira** começou por saudar todos os presentes e disse que gostaria de colocar  
24 uma questão ao senhor Presidente da Câmara e também fazer uma pequena observação. Não sabe  
25 se o senhor Presidente da Câmara se recorda que na Assembleia Municipal de 25 de fevereiro, em  
26 que na ordem de trabalhos estava o 11º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro, o  
27 senhor Presidente referiu, e passou a citar “que o município já tinha contactado há mais de 9 meses  
28 a DGAL para que seja passada a declaração em como a Câmara já não está em desequilíbrio  
29 financeiro estrutural, em resposta foi dito não sabiam como é que isso iria ser feito e agora dizem  
30 que já não vai haver declarações mas sim uma plataforma onde a Câmara pode retirar essa  
31 informação, estamos a aguardar que isto seja esclarecido para que formalmente a Câmara deixe de  
32 estar em desequilíbrio financeiro estrutural, sendo que na prática já deixou de estar há 1 ano”, foram  
33 palavras do senhor Presidente, a sua questão é, se a Câmara já tem em seu poder essa informação  
34 oficial em como já não se encontra em desequilíbrio financeiro estrutural.

35 A observação que gostaria de fazer, relativamente aquele relatório que está ali plasmado na ordem  
36 de trabalhos, nomeadamente, quanto ao nível de endividamento e consoante o que está consagrado  
37 nos objetivos do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, portanto, estava previsto para o  
38 no final de 2022 o nível de endividamento deveria ser inferior a 100% da média da receita cobrada  
39 nos anos anteriores, no entanto verificaram que, no final deste primeiro semestre de 2022, esse valor  
40 já é de 133%, ou seja, portanto, já estão em risco de incumprimento de um dos objetivos do Plano  
41 de Saneamento Financeiro, e deixou, também, a questão que medidas é que a Câmara tomou, ou  
42 está a pensar tomar, para fazer face a este ajustamento, uma vez que estão na iminência de não  
43 cumprir um dos objetivos do Plano.

44  
45 **O deputado Joaquim Faria** salientou que, após a análise ao anexo do ponto 3, da convocatória  
46 daquela Assembleia, e considerando que os valores apresentados no relatório deixou o MCE muito  
47 preocupado, uma vez que algumas rubricas ultrapassaram em mais de 50% de execução o valor  
48 orçamentado, e tendo ainda consciência que em 31/12/2022 estes valores serão diferentes dos atuais,  
49 podendo pôr em risco os limites do Saneamento Financeiro, por este motivo corremos o risco à data,  
50 se não houver contenção nos gastos, de vermos ultrapassados os limites orçamentais aprovados,  
51 com todas as correções efetuadas, e do Saneamento Financeiro.

1 Desta forma, a bancada do MCE irá votar favoravelmente, mas com muitas reservas e preocupações,  
2 pois este semestre já vai a mais de meio e não vêm, para já, aquela preocupação nos gastos.  
3 Neste contexto, deixam as seguintes recomendações, como têm assistido durante este ano, o que  
4 hoje lhes apresentam, amanhã pode já não ser: recomendam prudência nos gastos apresentados,  
5 maior transparência e compatibilidade entre os documentos apresentados, nomeadamente, entre os  
6 relatórios dos revisores e os relatórios da autarquia, para que possam ser comparáveis, quadros mais  
7 detalhados para mais fácil identificação das despesas e receitas pela forma digital, já nem há  
8 desculpa de que o papel é caro, e por último, e não menos importante, não esquecer os artigos 52,  
9 54, 58 e 60, em especial a alínea a) do número 3 do artigo 52, da lei 73, Legislação consolidada.

10  
11 **O deputado Francisco Figueira** disse que é para assinalar que é das poucas vezes que vê uma  
12 intervenção tão dura de um deputado municipal contra um documento que vai votar a favor.

13  
14 **O Presidente da Câmara** confirmou que relativamente à declaração a DGAL diz que não passará  
15 declarações e que, portanto, é através do site que a coisa será exposta e tendo já saído da situação  
16 de declaração de desequilíbrio financeiro estrutural, enfim, aparentemente não precisamos de fazer  
17 mais nada para exercer, e estar a exercer, esse tipo de situação.

18  
19 Relativamente à questão do nível de endividamento, remeteu para o que que tinha dito  
20 anteriormente, ou seja, o Plano tinha um desfazamento de 1 ano em relação ao momento em que  
21 começou a ser aplicado e, portanto, naturalmente, é isso que tem que ser tido em conta, lembrou que  
22 o período de pandemia teve ajustamento, obrigou, aliás, o próprio Orçamento de Estado a precaver  
23 situações daquele tipo. relativamente à generalidade dos Municípios e, portanto, estão dentro  
24 daquilo que é esperado no ano de 2022.

25  
26 Em relação à questão dos limites que são ali colocados, não há esse risco iminente, como está a ser  
27 colocado, pelo contrário, o que aconteceu foi exatamente que baixaram dos limites que tinham,  
28 ultrapassaram todos os limites e agora estão dentro de todos os limites, essa é que é a questão  
29 fundamental que se verifica, não é o contrário, é isso e, portanto, naturalmente continuarão a  
30 procurar fazer a gestão criteriosa que têm vindo a fazer, de forma a ir melhorando aquilo que for  
31 possível, não comprometendo, nomeadamente, alguma capacidade de investimento que têm que ter.

32  
33 Quanto às apresentações, cumprem rigorosamente aquilo que são os quadros determinados, do ponto  
34 de vista legal, e, certamente, a Senhora Revisora Oficial de Contas faz o mesmo, portanto, não vêm  
35 quaisquer incompatibilidades entre esses quadros e, pelo contrário, aquilo que lhes parece é que há  
36 exatamente uma compatibilização entre s quadros e ainda com os dados que a DGAL pública no  
37 seu site e, portanto, não vêm que haja de facto essas preocupações.

38  
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e do Presidente da  
40 Câmara, e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu o presente 12º Relatório  
41 semestral do Plano de Saneamento Financeiro | junho de 2022, a votação.

42 **Deliberação do 12º Relatório semestral do Plano de Saneamento Financeiro | junho de 2022:**  
43 **Aprovado por maioria**, com 12 votos a favor (6 da CDU, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MICAZA e 1  
44 do MMPI) e 17 abstenções (12 do PS e 5 do Mudar Com Confiança), verificando-se 29 presenças.

45  
46 **O deputado Joaquim Faria** disse que era para esclarecer o senhor Presidente da Câmara, para  
47 reparar que no ponto 7 Relatório lhes foi entregue e o relatório que apresentou, verá que há  
48 divergências de comparação dos relatórios.

49  
50 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passa ao ponto 4.



1           **4. Adesão do Município à Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo**  
2           **Turismo do Alentejo.**

3  
4           **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara.**

5  
6           **O Presidente da Câmara** referiu que aquela questão já se vinha a colocar há um conjunto de anos  
7 atrás, houve uma impossibilidade de poderem aderir, porque estavam impedidos de poder aumentar  
8 alguns tipos de despesa, e tendo agora a oportunidade de poderem aderir à Agência Regional de  
9 Promoção Turística, finalmente, naturalmente, é com todo o gosto que avançam para aquela  
10 proposta, já colaboram com a Agência, portanto, é um dado que acha que é importante referir, não  
11 foi pela não adesão que não houve uma colaboração ativa entre o Município e a Agência, e quis  
12 agradecer ali, publicamente, à Agência essa disponibilidade de colaborar com o Município, portanto,  
13 agora é, de alguma forma, formalizar aquilo que já vinha acontecendo.

14  
15           **O deputado José Santos** congratulou-se com a adesão, aliás, como senhor Presidente sabe, também  
16 falaram várias vezes sobre isso nos últimos tempos e, já agora, disse que, de facto, Évora tem aqui  
17 uma oportunidade de agora ao integrar a Agência, ter um papel, ter uma atitude mais exigente,  
18 porque, como sabem, Évora tem uma dependência dos mercados externos muito significativa, cerca  
19 de 50% dos hóspedes e das dormidas, é o Conselho do Alentejo que mais depende da procura  
20 externa, Évora vai aumentar consideravelmente o seu número de camas, enfim o Octant Hotels tem  
21 56 quartos e 16 vilas, não são 50 camas, tem mais, nos próximos 3 anos devem entrar em operação  
22 mais cerca de 500 camas, e Évora tem um problema complexo nos próximos tempos, é que tem que  
23 crescer em volume sem descaracterizar o destino, e isso é um desafio muito exigente, isso implica,  
24 de facto, um posicionamento em nicho de mercado de valor na Europa e, portanto, o que a Câmara  
25 tem que fazer agora, enfim, se senhor Presidente lhe permite, é, junto à agência regional, enfim,  
26 exhibir os seus galões e fazer valer os seus créditos e, de facto, exigir que Évora tenha uma atenção  
27 muito, muito relevante, e até prioritária, tal como outras regiões do Alentejo, por exemplo, a baía  
28 de Setúbal, não é só o Alentejo que tem um plano de promoção nos mercados externos diferenciado,  
29 porque obviamente tem Troia, que é grande e que é Alentejo.  
30 Acha que Évora tem de aproveitar esta oportunidade porque, de facto, vai ser necessário um trabalho  
31 muito intenso nos próximos anos para garantir que todos estes investimentos, que estão a acontecer,  
32 sejam remunerados e para que a Cidade continue a beneficiar de uma boa economia turística e,  
33 obviamente, que subscrevem a Adesão, como não podia deixar de ser.

34  
35           **O deputado Gonçalo Costa** disse que, obviamente, se regozijam com aquela decisão e com a  
36 integração na Agência Regional de Turismo, acham que peca, de alguma forma, por tardia, mas de  
37 qualquer das maneiras, ficam extremamente contentes por finalmente acontecer. Obviamente que o  
38 aumento expectável de turismo e pressão turística, que venha a crescer nos próximos tempos em  
39 Évora, também coloca desafios crescentes à governação e à Cidade e, portanto, de alguma forma o  
40 que os preocupa é que a Câmara encontre a melhor solução de conciliar essa pressão crescente que,  
41 obviamente, o turismo vai exercer, não prejudicando a qualidade de vida dos Eborenses, como tem  
42 acontecido um pouco por todo o País nos grandes destinos turísticos, e, portanto, essa é a maior  
43 preocupação deles, por um lado, obviamente, congratulam-se com aquela decisão, mas por outro  
44 lado, acautelar eventuais pressões que o maior fluxo de turistas provoca na cidade e no concelho.

45  
46           **O deputado José Santos** considerou que, de facto, o que o deputado Gonçalo disse é importante, e  
47 que é um pouco o dilema, o paradoxo, Évora vai ter crescer em quantidade de turistas e em volume,  
48 ninguém tenha dúvidas disso, mas, de facto, tem que garantir o nível de sustentabilidade social e  
49 ambiental adequado, não só para os turistas mas também para a população, portanto, é de certa  
50 forma esse o dilema que o turismo na cidade vai enfrentar nos próximos anos.

51

1 **O Presidente da Câmara** salientou que é um bom dilema, porque Évora tem vindo a crescer acima  
2 da média, como é sabido, nos últimos anos, bastante acima da média nacional, e, portanto, tem sido  
3 muito positivo, é positivo que metade do nosso mercado seja estrangeiro digamos assim, e isso não  
4 é uma pecha, pelo contrário, é muito positivo que assim seja, e, portanto, é nessa senda que têm que  
5 continuar e, naturalmente, encontrar esses equilíbrios que são necessários e que exigem, a seu ver,  
6 como têm vindo a procurar fazer, a colaboração entre os diversos agentes que intervêm e não  
7 apenas no turismo, mas na própria configuração do Conselho, da Cidade, relativamente à resposta  
8 turística e, portanto, julga que esse trabalho é um trabalho que tem vindo a ser, felizmente, feito de  
9 forma muito positiva, julga que têm ainda que aprofundar mais esse trabalho, no sentido de poder  
10 dar resposta aos desafios que estão pela frente. Está convencido que Évora não só tem capacidade  
11 para crescer, mantendo a sua qualidade de vida, como deve crescer porque tem condições para isso.

12  
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e do Presidente da  
14 Câmara, e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Adesão do Município  
15 à Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo - Turismo do Alentejo, a votação.

16  
17 **Deliberação da Adesão do Município à Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo**  
18 **- Turismo do Alentejo:**

19 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 29 presenças.

20  
21 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passa ao ponto 5.

22  
23 **5. Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigentes de Cargo de Direção Intermédia**  
24 **de 3º Grau / Unidade de Higiene e Limpeza Pública.**

25  
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

27  
28 **O Presidente da Câmara** realçou que estão a tentar procurar fazer algumas alterações positivas na  
29 Unidade de Limpeza Pública para dar resposta aos desafios que, aliás, foram ali abordados no início  
30 da reunião, está em curso, exatamente, o concurso para dirigente daquela Unidade, e é o que  
31 propõem.

32  
33 **O deputado Francisco Brito** solicitou o esclarecimento em relação à questão, estão a falar do  
34 Diretor da Unidade, não é um diretor intermédio, não é um cargo intermédio, é mesmo o responsável  
35 da Unidade.

36  
37 **O Presidente da Câmara** esclareceu que na Função Pública têm os Coordenadores da Unidade, é  
38 isso que estão a fazer, têm Chefe de Divisão e têm Diretor de Departamento, portanto, aquele cargo  
39 é um cargo que na Função Pública é intermédio.

40  
41 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do eleito e do Presidente da  
42 Câmara, e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Constituição de Júri  
43 para Recrutamento de Dirigentes de Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau / Unidade de Higiene  
44 e Limpeza Pública, a votação.

45  
46 **Deliberação da Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigentes de Cargo de Direção**  
47 **Intermédia de 3º Grau / Unidade de Higiene e Limpeza Pública:**

48 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 29 presenças.

49  
50 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passa ao ponto 6.

1        **6. Em Defesa da Paz, Pela solidariedade com o Povo Ucrâniano e os Povos Envolvidos na**  
2        **Guerra.**

3  
4        **O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.**

5  
6        **O Presidente da Câmara** informou que aquele documento tem aquela designação porque o  
7 documento que foi aprovado na Câmara, consensualizado entre as forças políticas, em relação à  
8 guerra na Ucrânia, à solidariedade com o povo ucraniano, foi um documento que é conhecido e foi  
9 objeto de uma negociação e de uma com sensualização entre todas as forças políticas. Todos os  
10 pontos foram votados por unanimidade, exceto aquele ponto em que se solicitava a suspensão da  
11 geminação com Suzdal, houve 2 forças políticas que discordaram dessa suspensão, a CDU e o MCE,  
12 e houve outras 2 forças políticas que aprovaram a suspensão. Houve a dúvida sobre se bastava a  
13 Câmara deliberar ou se havia necessidade de o assunto ir à Assembleia Municipal, transmitiu isso  
14 ali, salvo erro, em anteriores Assembleias. Esclarecida a questão, uma vez que é um Acordo de  
15 Geminação e que é a Assembleia que tem, digamos, a competência para decidir os Acordos de  
16 Geminação, também é a Assembleia que tem competência para decidir, naquele caso, a suspensão  
17 do Acordo de Geminação. Portanto o que se trata ali é apenas aquilo, ou seja, votar se se suspende  
18 ou não o Acordo de Geminação com Suzdal, sendo que na Câmara aquele ponto foi aprovado, com  
19 4 votos a favor e 3 votos contra e com declarações de voto.

20  
21        **O deputado Francisco Figueira** disse que, antes de mais confessa que quando leu o Acordo entre  
22 a Câmara Municipal de Évora e a Cidade Suzdal, quase se emocionou, na medida em que aquele  
23 acordo é um rapaz da sua geração, porque foi assinado no dia 8/10/1986, 8 dias depois de ele ter  
24 entrado na scola primária, isso diz um bocado da atualidade que aquele Acordo tem, e, ao contrário  
25 daquilo que se infere do que está na ata de 19/09, da intervenção dos vereadores eleitos pela CDU,  
26 a Câmara Municipal de Évora não tem Acordo nenhum com o povo russo, a Câmara Municipal de  
27 Évora celebrou um Acordo no dia 8/10/1986 com o Comité Executivo de Suzdal, dos deputados do  
28 povo da URSS, como sabidamente já se encontra extinto há décadas. Sem prejuízo daquele  
29 apontamento mais histórico, e julga que o que está ali em causa, estruturalmente, é que há 7 meses  
30 que a Ucrânia está a ser vítima de uma agressão, e é obrigação dos Órgãos Autárquicos, e de Estado  
31 do País, respeitar o Direito Internacional que está plasmado na Constituição, naturalmente, e dar um  
32 sinal de solidariedade com o povo ucraniano porque, objetivamente, e, para além das cegueiras  
33 ideológicas e dos fanatismos ideológicos e das cartilhas que vão sendo por aí explanadas, a realidade  
34 objetiva é que há um povo agredido e há um povo agressor, e se Ucrânia deixar de lutar acaba a  
35 Ucrânia, se a Rússia deixar de lutar acaba a guerra, e esta é a realidade e, portanto, naturalmente,  
36 que a sua bancada, com muito orgulho, é favor da suspensão daquele Acordo, naturalmente  
37 respeitam o povo russo, que começa agora a sentir também nas suas casas a dureza da guerra que o  
38 seu regime determinou à Europa, e ao povo ucraniano em particular, mas julga que é um dever, até  
39 moral que têm, estarem solidários com os agredidos e não fazerem de conta que são as pombinhas  
40 da paz a favor dos agressores, e lançou ali um apelo aos eleitos da CDU, independentemente daquilo  
41 que são as indicações, que são conhecidas, do Partido Comunista e que, naturalmente, serão julgadas  
42 pelo povo nas urnas, acha que têm que ter naquele momento histórico a coragem da decência, que  
43 é estarem ao lado daqueles que neste momento estão a ser bombardeados e cujo direito a existir está  
44 a ser, pelas armas, negado.

45  
46        **O deputado José Figueira** disse que é um ponto de ordem para esclarecer um assunto, é se estão  
47 ali a decidir sobre a suspensão da Geminação com a Cidade de Suzdal, ou se é outra discussão,  
48 porque o que está ali é para decidir sobre a suspensão da Geminação a Cidade de Suzdal, outras  
49 questões não.

50

1 **A deputada Elmina Lopes** referiu que relativamente aquela proposta, ao pedido de decisão sobre  
2 a suspensão do Acordo de Geminação entre Évora e a cidade russa de Suzdal, a CDU está contra  
3 porque trata-se de um Acordo de Geminação com uma cidade e, portanto, estão a ver ali um Acordo  
4 que se baseia em princípios de cooperação, de paz, de solidariedade e de cooperação, e, portanto,  
5 não vêem a nenhuma espécie de necessidade de suspender aquele Acordo, aliás, acham até que não  
6 faz sentido suspender aquele acordo a com os nossos irmãos de Suzdal, com quem temos uma  
7 relação desde 1986 e acham que devem mantê-la.

8  
9 **A deputada Paula Pitta** sublinhou que o Movimento Cuidar de Évora é a favor da paz e pelo povo  
10 ucraniano, mas realmente o que ali está em causa não é, efetivamente, o povo ucraniano e a guerra,  
11 o que está li em causa é um Acordo de Geminação entre povos, entre culturas, parece-lhe que não  
12 são ali pombinhos de paz, coisa nenhuma, aquilo que querem é analisar um Acordo que existe entre  
13 povo e culturas, e não uma forma de fazer a guerra, logicamente que não concordam com a guerra,  
14 logicamente que se opõem a toda a política que a Rússia está a fazer para com a Ucrânia, mas a  
15 verdade é que não é isso que está ali em causa, o que está ali em causa é apenas um Acordo de  
16 Geminação entre 2 povos, entre 2 culturas.

17  
18 **O deputado Redolfo Pereira** disse que estão ali a discutir um acordo que, como disse o deputado  
19 Francisco e bem, é de 1986 já algo antigo e até se revê nalgumas das palavras que o deputado  
20 Francisco disse, e gostaria de colocar uma questão à Câmara e, uma vez que o senhor Presidente já  
21 se encontra na Câmara desde 2013, quais é que foram as atividades ou iniciativas que foram  
22 celebradas no âmbito daquele protocolo, porque no fundo estão ali a discutir um protocolo, têm que  
23 ver se tem a execução prática, ou não, não basta estar única e exclusivamente apenas no papel, e de  
24 outra forma gostaria também de salientar ali o número 2 daquele Acordo, em que as partes  
25 contratantes acordam apoiar todas as iniciativas e ações que visem o fortalecimento da paz entre os  
26 povos, então colocou também a pergunta ao senhor Presidente da Câmara, se lhe pudesse responder,  
27 o que é que o povo de Suzdal fez para fortalecer a paz entre os povos.

28  
29 **O deputado Bruno Martins** referiu que estava curioso por saber, mas acha que não deve ser esse  
30 o ponto, aquilo que é feito ou quais têm sido as ações de cooperação entre as duas Cidades, porque  
31 se calhar iam chegar à conclusão que tinham de suspender outras Geminações e não saiam dali a  
32 suspender Geminações. De qualquer forma, quer deixar claro que é seu entender, em nome do Bloco  
33 de Esquerda, que não estão a suspender a Geminação com o Povo de Suzdal, estão a votar para  
34 suspender a relação institucional com a administração política de Suzdal, que é consentânea, que  
35 apoia Vladimir Putin, e, portanto, quer que fique claro que o seu sentido de voto é nesse sentido,  
36 obviamente, não rompem qualquer relação institucional com o povo de Suzdal, mas rompem uma  
37 relação institucional com uma administração que apoia Vladimir Putin, e é um sinal de que Évora  
38 não tolera qualquer agressão contra Estados Soberanos, independentemente da avaliação que o  
39 próprio Bloco de Esquerda faz sobre a ideologia dominante do Governo ucraniano, do qual discorda  
40 veemente, mas que é, ainda assim, um Estado Soberano, e nenhum Estado Soberano e nenhum Povo  
41 merece ser agredido e, portanto, é nesse sentido que irá votar favoravelmente o rompimento daquela  
42 relação institucional com quem apoia a agressão que está a acontecer na Ucrânia

43  
44 **O deputado Gonçalo Costa** realçou que o senhor deputado municipal do Bloco de Esquerda  
45 colocou as coisas mesmo no patamar correto do que deve ser a discussão, é o corte de uma relação  
46 institucional com uma autarquia que, de alguma forma, apoia o governo russo que é responsável por  
47 uma invasão e um ataque contra uma nação soberana e contra um povo inocente, com todas as  
48 consequências que todos eles conhecem, portanto, acha que foi a forma correta de colocar a questão.

49  
50 **O deputado José Figueira** disse que tanto quanto sabe, as Geminações são entre cidades e não  
51 entre instituições porque, obviamente, as instituições representam os povos e subscrevem essas

1 geminações, e a Cidade de Évora tem Geminações, com Angra do Heroísmo, com Suzdal, tal como  
2 tem com outras cidades e, por acaso, como já não é um rapaz novo, participou na primeira delegação  
3 com deputados do PSD, do PS, Presidentes de Associações Comerciais, de Neres, enfim, na primeira  
4 deslocação que fizeram a Suzdal, numa delegação alargada a Suzdal, cultural e também  
5 institucional, por isso as pessoas foram lá representar a Cidade de Évora e o povo de Évora, e por  
6 isso ninguém se demarcou que seria o x ou o z que iam representar a Cidade, foi um conjunto de  
7 entidades e de instituições que se deslocaram para cooperar e para dialogar com os representantes e  
8 as instituições daquela Cidade, e é isso que estão a tratar, tudo o que se quiser tratar diferente, já  
9 houve um momento em que foi tratado na Câmara e foi tratado na Assembleia Municipal.

10  
11 **A deputada Paula Pitta** pretendeu fazer ali uma ressalva, porque eles também não sabem se o  
12 governo de Suzdal apoia ou não o Putin, não sabem se ele não tem medo, eles podem ter medo,  
13 estão numa ditadura, quase, de qualquer das formas a cidade fica, as pessoas também ficam, e os  
14 governos muitas vezes mudam, portanto, eles não sabem se aqueles autarcas, de facto, apoiam as  
15 loucuras que Putin pode ter feito, ou não, por isso também não vê que isso seja uma forma de dar a  
16 volta à questão, a dizer que apoio ao povo mas não apoio os governantes, não lhe parece que isso  
17 seja o mais correto.

18  
19 **O Presidente da Câmara** informou que pretende responder algumas questões que foram colocadas,  
20 mas antes gostava de dizer que é do tempo em que tivemos uma guerra colonial em África, que  
21 matou 10.000 jovens portugueses, sem falar nos jovens africanos que foram mortos, e recorda-se  
22 que os movimentos de libertação desses povos sempre distinguiram, e a seu ver muito bem, entre o  
23 povo português e o governo português a esse nível, e mesmo quando tentavam confundir uma coisa  
24 com outra, esses movimento de libertação tiveram essa clarividência de o fazer, e essa clarividência  
25 tinha um objetivo claro, que era, de alguma maneira, dizer ao povo português, “revoltem-se também  
26 vocês, vejam também vocês a situação que estão a viver, porque da nossa parte, nós não vos  
27 acusamos, acusamos aqueles que estão no poder nesse momento”, é algo que não se esquece, que a  
28 história conta, e é exatamente por isso que não confunde o povo russo com o governo, e acha que  
29 devem fazer essa distinção que, aliás, está cada vez mais visível, e por isso é que acha que todas os  
30 contributos que forem dados para mostrar ao povo russo, para dizer ao povo russo, que não os  
31 confundimos com aquilo que pode ser o seu poder de momento é importante, e por isso não  
32 acompanha a questão que foi ali colocada porque, de facto, têm ali essa questão de diferenciação,  
33 que a seu ver deve ser feita, e que ajudará a contribuir para a paz e para acabar com a guerra, e é  
34 nesse sentido, e foi nesse sentido que quando foi discutido na Câmara informaram e fizeram uma  
35 declaração de voto relativamente aquela matéria, exatamente por causa desta distinção, e, portanto,  
36 é aquela questão que colocam.

37 Relativamente às questões colocadas, de facto não têm uma relação com Suzdal há muito tempo,  
38 tiveram uma troca de correspondência antes da guerra para ver a possibilidade de retomar as  
39 relações, como fizemos com outras cidades, aliás, as relações com outras cidades geminadas  
40 estavam praticamente paradas, retomaram a relação com Angra do Heroísmo e começamos a ter  
41 algumas iniciativas de cooperação, retomamos a relação com Chartres, mas, por exemplo, com a  
42 Ilha de Moçambique não têm essa relação e não pensa que se deva propor a suspensão da relação  
43 com a Ilha de Moçambique porque não têm essa relação, acha que isso deve ser analisado, de facto,  
44 sob um outro ponto de vista, e mais, que o objetivo daquelas geminações deve ser quando elas estão  
45 paradas, quando for possível e houver condições para isso, e isso for do nosso interesse e do interesse  
46 de cada uma daquelas cidades poder fazê-lo, por isso acha que podem fazer sim, como devem, a seu  
47 ver, ter alguma contenção nas questões das geminações, que deveriam ter em conta que deve haver  
48 uma atividade que vai para além da atividade institucional, felizmente houve em Suzdal, como  
49 houve na Ilha de Moçambique, como houve em Chartres, em que houve troca, por exemplo, de  
50 grupos culturais que foram a várias cidades ou de delegações doutro tipo, isso julga que é positivo

1 e que contribui para cimentar os laços de cooperação, de amizade e de paz entre os povos, e é naquela  
2 medida que defenderam na Câmara aquela posição.

3  
4 **O deputado Bruno Martins** aludiu que o senhor Presidente agora o ajudou, exatamente, há relações  
5 que vão para lá daquilo que são as relações institucionais, e tudo o que disse em relação àquilo que  
6 é o povo russo, julga que é unânime o sentimento, mas não prescinde as relações institucionais, se  
7 houvesse ali uma proposta para a geminação com Teerão, obviamente não há ninguém mais  
8 solidário do que ele com o povo iraniano neste momento, mas eu era incapaz de aprovar qualquer  
9 relação institucional com Teerão, ou com tantas outras cidades deste mundo, era incapaz, como é  
10 incapaz naquele momento de manter uma relação institucional com a administração de Putin, seja  
11 administração central, seja administração hierarquizada, e é por isso, obviamente, que deixa ali claro  
12 que, obviamente,, toda a solidariedade com o povo russo, toda a solidariedade com o povo de Suzdal  
13 e de todas as cidades da Rússia.

14 Disse ainda que, em relação ao título daquele documento, acha injusta a forma como está redigido,  
15 porque vai aparecer na minuta que, por exemplo a CDU e o Movimento Cuidar de Évora, votaram  
16 contra “Em Defesa da Paz, Pela solidariedade com o Povo Ucraniano e os Povos Envolvidos na  
17 Guerra”, julga que devia ficar claro que são contra a Suspensão do Acordo de Geminação, porque  
18 se na minuta se copia o título e depois quem é que votou contra ou a favor, julga que é injusto para  
19 a CDU e para o Movimento Cuidar de Évora, portanto, pediu à mesa que tivesse atenção aquela  
20 questão.

21  
22 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do eleito e do Presidente da  
23 Câmara, e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Suspensão do Acordo  
24 de Geminação com Suzdal, a votação.

#### 25 26 **Deliberação da Suspensão do Acordo de Geminação com Suzdal:**

27 **Aprovada por maioria, com 20 votos a favor (12 do PS, 5 do Mudar Com Confiança, 1 do BE,**  
28 **1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 9 votos contra (6 da CDU e 3 do MCE), verificando-se 29**  
29 **presenças, a proposta da Câmara Municipal de Évora referente à “Suspensão do Acordo de**  
30 **Geminação com Suzdal”**

31  
32 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passa ao ponto 7.

- 33  
34 **7. Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Évora do 1º Semestre de**  
35 **2022 (o envio da documentação está pendente da reunião de Câmara de 21/09) - Tomada de**  
36 **conhecimento.**

37  
38 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara.**

39  
40 **O Presidente da Câmara** salientou que o relatório da Revisão Oficial de Contas, relativamente ao  
41 começo de 2022, é suficientemente esclarecedor e, portanto, não acrescentou mais nada, mas se  
42 houver alguma questão que queiram levantar naturalmente responderá.

43  
44 **O deputado Redolfo Pereira** mencionou que tem 2 ou 3 questões e, também, algumas  
45 considerações a fazer relativamente aquele documento, e começou por destacar, efetivamente, a  
46 baixa taxa de execução da rubrica do Investimento, portanto podem constatar naquele documento  
47 que está apenas a executado 13% do Investimento que estava previsto, face a tudo o que os seus  
48 colegas Presidentes de Junta já ali referiram naquela Assembleia, e face, também, às necessidades  
49 que a Cidade tem e o Concelho, parece-lhe insuficiente aquele valor, portanto, 13% do Investimento  
50 previsto é que foi executado até 30 de junho.

Handwritten initials: JA, P, N

1 Outras questões, que também foram alvo de alertas da Revisora Oficial de Contas, nomeadamente  
2 na análise efetuada pela Revisora aos meios financeiros líquidos, constata-se que no final do  
3 primeiro semestre, ou seja, até 30 de junho, o saldo de caixa era de 304.475,52 euros, sendo que, a  
4 31/12/2021, esse valor era de cerca de 52.000 euros, ou seja, estão a falar de um aumento de 600%  
5 no saldo de caixa em 6 meses, gostaria de saber quais as razões para aumento, parece-lhe um pouco  
6 inviável um saldo de caixa de 300.000 euros, é uma coisa completamente surreal. Também salientou  
7 e sublinhou o alerta também feito pela Revisora, sobre a inexistência, em tempo útil, das  
8 reconciliações bancárias, sendo que as reconciliações bancárias é um dos mais importantes  
9 instrumentos de controlo financeiro, portanto, a inexistência das reconciliações bancárias até pode,  
10 em último caso, trazer algumas omissões quando se forem fazer algumas demonstrações financeiras,  
11 tal como o Balanço, e que o senhor Presidente também pudesse esclarecer se foi tomada alguma  
12 medida para resolver aquela situação.

13 Relativamente à questão dos pagamentos em atraso, notou que a 30/06/2022 existiam cerca de  
14 400.000 euros de pagamentos em atraso, no documento que foi apresentado também ali no ponto 1,  
15 já com os dados de agosto, esses pagamentos subiram para cerca de 900.000 euros, salientou  
16 também que a 31/12/2021 não havia pagamentos em atraso, e já ali foi focado, nomeadamente numa  
17 intervenção do Público, que neste momento, face à inflação e à subida das taxas de juro, tem impacto  
18 nas vidas de todos, estão todos a sofrer dificuldades, mas os empresários e as empresas do Concelho  
19 também estão, e aqueles 900.000 euros em agosto, significa que a Câmara deve isso a empresas e a  
20 alguns empresários, portanto, era bom, também, que a Câmara fizesse um esforço para, de certa  
21 forma, conseguir, pelo menos, diminuir aqueles valores, porque se passam dificuldades, os  
22 empresários, obviamente, que também passam.

23 Em relação à questão que a Revisora Oficial de Contas colocou sobre as medidas, ou seja, alertou  
24 para a necessidade urgente da apreciação, análise e controlo dos procedimentos internos, vem  
25 mesmo no documento, nomeadamente na questão dos meios financeiros líquidos, ou seja, caixa e  
26 depósitos bancários, também saber se já foram tomadas medidas nesse sentido, face ao alerta da  
27 Revisora Oficial de Contas.

28  
29 **O Presidente da Câmara** recordou que a execução do Orçamento Municipal e das Opções do Plano  
30 e Orçamento se iniciou em maio deste ano e, portanto, houve algumas dificuldades, compreensíveis,  
31 relativamente à questão do ano.

32  
33 Sobre a questão da taxa de execução de Investimento é, de facto, uma questão preocupante porque  
34 têm um conjunto de projetos que foram a concurso e que ficaram desertos, e deu exemplos, do  
35 edifício da ex Rodoviária Nacional, do edifício da ex EPAC, enfim, entre um conjunto de outros  
36 investimentos significativos, também na área da rede viária, também noutras áreas, e recordou, por  
37 exemplo, que o abastecimento de água aos Canaviais, que não é da sua responsabilidade mas a têm  
38 um acordo com as Águas do Vale do Tejo para isso, não avançou porque já vão no terceiro  
39 empreiteiro, porque os dois anteriores e não aceitaram fazer a obra, e, portanto, há um problema real  
40 de execução de Investimentos, que é genérico, aliás como é conhecido, e vão ter dificuldades.

41  
42 Para além disso, os valores estão a disparar, ou seja, os empreiteiros recusam-se a apresentar  
43 propostas válidas por muito tempo, compreensivelmente, mas para concorrerem têm que garantir  
44 isso e, portanto, nalguns casos, numa boa parte dos casos, preferem não apresentar sequer propostas,  
45 do que correr o risco de perder dinheiro, portanto, aquela questão do Investimento é de facto uma  
46 questão preocupante, e, é rigor, é rigor, têm andado a bater quase à porta dos empreiteiros, a pedir  
47 para poderem intervir, o exemplo do edifício da Câmara é claro, o orçamento inicial era de 1.200.000  
48 euros, tiveram 2 concursos desertos, adjudicaram por 1.500.000 euros, e o empreiteiro diz agora  
49 “bem por esse valor já não faço outra vez”, portanto estão a tentar ver se conseguem fazer a obra,  
50 que já está adjudicada, porque o empreiteiro diz “ainda assim prefiro perder por não avançar, do que

1 ir fazer a obra”, portanto têm andado nesta situação, está a dar apenas um exemplo das preocupações  
2 que têm e que são gerais, relativamente a esta matéria.

3  
4 Relativamente às outras questões, elas foram detetadas exatamente no ano passado, ou seja,  
5 começaram quando detetaram algumas questões dos meios financeiros líquidos e das conciliações  
6 bancárias ainda o ano passado, e, portanto as questões que referiu das ações à tesouraria, de  
7 verificação à tesouraria, começaram em outubro do ano passado, e aquela situação que foi agora  
8 despoletada e que agora se confirmou, que de facto havia inconformidades graves, tem a ver com  
9 conjunto daquelas questões, portanto, a Senhora Revisora Oficial de Contas o que está a fazer é  
10 plasmar aquilo que, entretanto, se detetou e se verificou, e que os preocupa muito. Disse também  
11 que não se preocuparia, se pontualmente a caixa pudesse ter um valor daqueles, está a falar que até  
12 pode acontecer, quer dizer, entra um cheque que fica em caixa e, portanto, mas pode acontecer  
13 pontualmente, não pode acontecer sistematicamente, e uma das questões que os alertou para a  
14 possibilidade de haver problemas, foi que muitas vezes viam que aqueles valores eram valores que  
15 sistematicamente apareceu em caixa, e, portanto, às respostas às questões que ali colocou, já tiveram  
16 resposta, com as medidas que tomaram para clarificar a questão da tesouraria e apurar toda a  
17 verdade, e todas as questões que se passam na tesouraria, isso engloba obviamente o controlo dos  
18 procedimentos internos, que a Senhora Revisora fala, e que são também equacionados.

19  
20 Em relação aos pagamentos em atraso, de facto a questão da inflação tem-lhes causado problemas  
21 complicados, mas julga que têm vindo a regularizar a situação e que terão até ao final do ano a  
22 questão regularizada, e que, portanto, espera não passar o ano com pagamentos em atraso, e,  
23 portanto, ter condições para até ao final do ano podemos regularizar todas estas questões, como aliás  
24 têm procurado fazer, têm acompanhado com os fornecedores de forma, em particular em relação  
25 aos pequenos fornecedores, a poderem responder para que não sejam penalizados por este tipo de  
26 situação, portanto, a questão dos pagamentos em atraso espera que possa ser conjuntural e que possa  
27 ser ultrapassada em breve trecho.

28  
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e do Presidente da  
30 Câmara e não verificando mais pedidos de intervenção, informou que terminaram o período da  
31 Ordem do Dia e entram novamente no Período em que se dá a palavra ao Público.

#### 32 33 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

34  
35 **O Presidente da Assembleia Municipal** informando o início do segundo período de intervenção  
36 do público, questionou se havia algum pedido de intervenção. Registado 1 pedido de intervenção  
37 do público.

38  
39 **O Município Sérgio Calhau** pediu permissão para exerça ali o direito de resposta/esclarecimento e  
40 de reproduzir umas declarações do Senhor Presidente, de há pouco, que disse o seguinte “quando a  
41 Gascan sair outra operadora aparecerá porque há mais fornecedores de energia e as condutas são  
42 públicas”, em teoria aquele raciocínio é lógico, só que na prática não é isso que acontece. Como  
43 teve oportunidade de dizer, nesta semana já fez contato com 12 operadores de energia, quer aqueles  
44 mais conhecidos, não quer está ali a fazer publicidade a ninguém porque toda a gente conhece, quer  
45 com outros menos conhecidos, e as respostas até agora foram unânimes, “Évora com essas taxas  
46 não”, e como é que chegaram aquela conclusão, da mesma forma que ele, foram ao site da Entidade  
47 Reguladora do Setor Energético, pesquisaram os gráficos que lá estão, e está lá clarinho como a  
48 água, Évora está em terceiro lugar, com as taxas mais elevadas. O que lhe disseram “olhe, se essas  
49 taxas forem suavizadas, se houver isenção ou houver alguma medida que nos permita baixar os  
50 custos de exploração, pode contactar-nos que estamos interessados em fornecer um serviço, com  
51 estas taxas não”. O que acontece é que essa isenção, essa suavização ou qualquer outro tipo de



1 medida, carecem de deliberação ou decisão desta Assembleia Municipal, foi esse motivo que o levou  
2 ali, pelo qual foi representar os moradores.

3 Por outro lado, também lhe disseram que a negociação entre a Câmara Municipal e a Gascan não  
4 estaria encerrada e tem ali um e-mail da Gascan, que lhe foi enviado, pode mostrar a quem quiser,  
5 onde diz o seguinte “as negociações da nossa parte estão cessadas e isso é um problema entre o  
6 Município e os munícipes”, palavras deles, aqui, permita que lhe diga, sente-se um cliente de  
7 segunda, só que este problema não vai ser só nas freguesias rurais porque já houve clientes das  
8 freguesias urbanas receberam cartas iguais e, portanto, dentro de poucos dias é expectável que  
9 cheguem ali mais posições, conforme o teor daquela que ele ali fez, ele e a Junta de Freguesia que  
10 também agradece o papel que eles tiveram.

11 O senhor Presidente também ali referiu que a Gascan é mais pequena no concelho, ou seja, ficou  
12 com a sensação que será menos importante, porque tem menos clientes, há menos afetados, parece  
13 que são municípios menos importantes, mas gostava de não se sentir, também, um munícipe de  
14 segunda, já é um cliente de segunda naquele momento, gostava de não se sentir um munícipe  
15 segunda, ele e os outros clientes afetados, porque não é só ele, obviamente, ainda mais serão, o que  
16 pretendem é a continuação de um fornecimento de um bem essencial, eles não estão ali a pedir  
17 nenhum luxo, até porque, como já disse, eles não dispõem de condições para realizar algum tipo de  
18 adaptação, ou de outra forma alternativa, estão a falar de obras, ou de adaptações, ou de  
19 equipamentos, que não custam meia dúzia de euros, nem dezenas, estão a falar de investimentos de  
20 milhares de euros ou dezenas de milhar, e, manifestamente, não têm capacidade para isso, não têm  
21 com a situação atual do país.

22 Outra questão, eles estão no interior do país, e aquilo que hoje perderem, e já têm tão pouco, não  
23 vale a pena ouvir utopias, não vão recuperar, isso é ponto assente, não irão recuperar, não vale a  
24 pena terem ilusões quanto a isso, pelo que exorta o senhor Presidente, ao município e aquela  
25 Assembleia Municipal, que tudo, mas tudo seja feito para reverter esta situação, ou seja, que haja  
26 uma garantia, de alguma forma, que se continua a terem aquele abastecimento, nós e os outros  
27 munícipes que venham a ser afetados, porque possivelmente vão ser afetados mais, de certeza  
28 absoluta.

29 Para terminar, permitam-lhe ali uma comparação, que é aquilo que ele está a sentir naquele  
30 momento, ele e as outras pessoas afetadas, parece um jogo de ténis, numa raquete tem a Gascan,  
31 neste caso o operador, na outra raquete tem a Câmara, e os munícipes afetados têm a bola, andam  
32 de um lado para outro, a culpa é da Câmara, a culpa é da Gascan, o tempo está a passar, eles estão  
33 a ver o prazo a chegar ao fim, e gostavam de uma solução.

34  
35 **O Presidente da Câmara** salientou que compreende aquilo que está a colocar, acha que colocou  
36 algumas questões que não correspondem, de facto, à realidade, primeiro ter inferido das suas  
37 palavras que ele considera a Gascan de segunda e que os clientes, etc., não corresponde à verdade,  
38 o que disse foi a constatação de um facto, têm vários operadores no Concelho, aquele é o mais  
39 pequeno operador de gás, é um facto, portanto, é óbvio que o cliente de um operador mais pequeno  
40 ou de um maior, é exatamente a mesma coisa, não há diferença nenhuma, relativamente a essa  
41 matéria.

42 Disse também que essa foi a única empresa que lhes colocou aquela questão, não houve outras  
43 empresas que tivessem colocado aquele problema, apesar de eles terem reconhecido, há muitos anos,  
44 que a taxa em causa é elevada, enfim, não sabe o que é que a Gascan lhe terá dito, ficaram,  
45 obviamente, surpreendidos com a carta que foi enviada, é uma carta claramente de pressão sobre  
46 o Município, ou seja, aquilo que a Gascan está a procurar fazer é aquilo que está a acontecer ali, ou  
47 seja, é dizer ao cliente “bem, a culpa é da Câmara, vá lá à Câmara dizer que para eles baixarem os  
48 seus custos, aumentarem os seus lucros, para resolver aquele assunto”.

49 Julga, e voltou a repetir, que não estão fechadas as negociações com a Gascan, pelo menos da parte  
50 do Município, não tem conhecimento disso, naturalmente quando abordam aquilo, não olham  
51 apenas um operador, têm de olhar a globalidade dos operadores e, também, como compreende, não

1 podem ceder, digamos, a algo que pareça como um género de chantagem, têm de negociar de uma  
2 forma séria, é isso que procuram fazer, com uma questão clara, procurarão salvaguardar os  
3 munícipes e os clientes, de uma forma ou de outra e, portanto, a Câmara não se limitará, não é isso  
4 que fará, a negociar a taxa com a Gascan, a Câmara irá, para além disso, no sentido de procurar, no  
5 caso da Gascan confirmar a ameaça que acabou de fazer, como é que poderão encontrar uma solução  
6 a contento dos moradores, não será fácil, mas há, certamente, outras soluções, e é nisso que irão  
7 trabalhar, estão apertados, é verdade, mas irão trabalhar nesse sentido com a preocupação dos  
8 consumidores e com aquelas preocupações, que já disse, de reconhecimento que têm aquele  
9 problema, mas que tem de haver, de facto, uma negociação séria, que é isso que procuram fazer.

10  
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de intervenção por  
12 parte do público, deu por terminada a Ordem de Trabalhos.

#### 13 14 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

15 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta vai ser lida pela 2ª  
16 Secretária, Maria da Nazaré Lança.

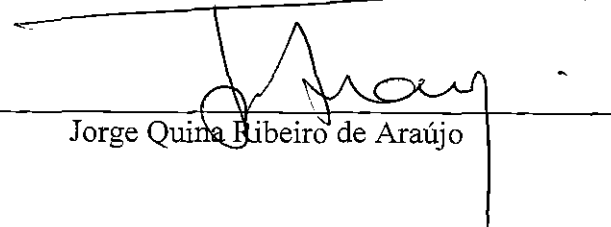
17 *“A Assembleia Municipal de Évora, em reunião ordinária no dia 30 de setembro, no Salão Nobre*  
18 *dos Paços do Concelho, deliberou o seguinte: aprovar a 5ª Modificação Objetiva ao Contrato de*  
19 *Concessão e Gestão do Serviço Público de Transporte de Passageiros ao município de Évora;*  
20 *aprovar o 12º Relatório Semestral do plano de Saneamento Financeiro/ junho de 2022; aprovar a*  
21 *Adesão do Município à Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo - Turismo do Alentejo;*  
22 *aprovar a Constituição do Júri para Recrutamento de Dirigentes de Cargo de Direção Intermédia*  
23 *de 3º Grau / Unidade de Higiene e Limpeza Pública; aprovar a Suspensão do Acordo de Geminação*  
24 *entre a Cidade de Évora e a Cidade russa de Suzdal.”*

25  
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Ata em minuta.

27  
28 A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações  
29 tomadas da presente Ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75 / 2013, de 12 de  
30 setembro.

31  
32 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada  
33 a sessão pelas uma hora e trinta minutos do dia seguinte, da qual para constar se elaborou a presente  
34 Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

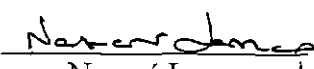
35  
36  
37  
38 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

39  
40  
41  
42   
43 Jorge Quina Rubeiro de Araújo

44  
45 O 1º SECRETÁRIO

46  
47  
48   
49 Luís Pardal

A 2ª SECRETÁRIA

46  
47  
48   
49 Nazaré Lança